



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SARAH BEZERRA SIQUEIRA

“FORMALMENTE RICOS, REALMENTE POBRES”:
O debate sobre pobreza no pensamento de Manuel Correia de Andrade (1963-2003)

RECIFE
2025

SARAH BEZERRA SIQUEIRA

“FORMALMENTE RICOS, REALMENTE POBRES”:

O debate sobre pobreza no pensamento de Manuel Correia de Andrade (1963-2003)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Rita Ivo de Melo Machado

RECIFE
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S563f Siqueira, Sarah Bezerra.

Formalmente ricos, realmente pobres: o debate sobre pobreza no pensamento de Manuel Correia de Andrade (1963-2003) / Sarah Bezerra Siqueira. - Recife, 2025.

66 f.; il.

Orientador(a): Maria Rita Ivo de Melo Machado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências.

1. História social. 2. Andrade, Manuel Correia de, 1922-2007. 3. Pobreza. I. Machado, Maria Rita Ivo de Melo, orient. II. Título

CDD 909

SARAH BEZERRA SIQUEIRA

“FORMALMENTE RICOS, REALMENTE POBRES”:

O debate sobre pobreza no pensamento de Manuel Correia de Andrade (1963-2003)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: 01 de Agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Rita Ivo de Melo Machado
Orientadora

Profª Drª Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Examinadora interna

Profº Drº Augusto César Accioly
Examinador externo

Dedico esse trabalho a Vanda Bezerra da Silva (*in memoriam*), sei que as contas de seu rosário intercederam por esse momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e sua divina misericórdia que, mesmo quando não tinha condições de seguir, ele me estendeu a mão, a Maria, mãe de Deus e minha, que há muitos anos tem sido colo certo. Agradeço também a minha família, em especial meus pais e avós, fonte de amor, apoio e cuidado, nos meus momentos de felicidade e angústia, o lugar que sempre posso voltar. A minha mãe, Ivoneide Bezerra da Silva, que amo e admiro, sinônimo de apoio e fortaleza, com seu acolhimento e carinho fez de mim a mulher que sou, me ensinou a enfrentar a vida de cabeça erguida e conquistar por mérito e consciência. Ao meu pai, Ancelmo Siqueira dos Santos, que me ensinou sobre honestidade nos processos, independência e coragem, deixando claro que tudo que o filho de pobre tem por si são os estudos. Minhas vovós, Vanda Bezerra da Silva (*in memoriam*) e Ivanize Siqueira dos Santos, mulheres que me inspiram desde pequena e não só me estenderam a mão, mas também me deram o coração cheio de todo amor, carinho e compreensão que uma neta pode querer. Elas foram lar, no mais amplo sentido da palavra. Não ando só porque as carrego comigo em memória, em pensamento e em coragem por todos os dias de minha vida.

A minha querida professora orientadora, Maria Rita Ivo de Melo Machado, que desde o início da minha jornada acadêmica tem sido mais do que gentil e cuidadosa. Agradeço por todos os momentos de orientação precisa, com empatia, escuta e apoio quando mais precisei. Ter tido sua orientação transformou esse caminho em algo mais leve, alguém que sem dúvidas é minha referência profissional.

Ao meu padrinho, Cícero Bezerra da Trindade, que sempre admirei pela garra e coragem de enfrentar o mundo, por nunca se deixar vencer pelas circunstâncias, pela honestidade e pela inteligência, agradeço sempre. A José Fábio da Silva, meu padrasto, que mostra todos os dias com o suor de seu trabalho a importância de lutar, agradeço pelo apoio e orgulho que sente de mim. Ao meu querido e único irmão, Antonio Petronilo dos Santos Neto, quem eu amo e rezo para que Deus encaminhe para os belos caminhos da vida. Ele que é um menino inteligente, forte e perspicaz que me enche de orgulho.

A Vitor Matheus de Araújo Barbosa, onde encontrei o amor, um amigo e historiador ímpar. Que a vida seja generosa conosco e me permita ver tudo o que você pode oferecer para o mundo. Agradeço pelo amor, carinho, cuidado e amizade durante todo o processo, especialmente, em nossa redescoberta.

A Josefa Maria Silva de Melo, que abriu as portas de sua casa para uma desconhecida, e me cuidou e ajudou como se fosse da família, agradeço pelo seu coração e bondade responsáveis pela minha estadia e continuação no curso. A Wellington Samay de Melo que foi um grande incentivador, amigo e família nos momentos que mais precisei. Também, Alcilene Maria Andrade Tavares Samay, amiga e conselheira dos momentos de dor e alegria.

Aos amigos queridos que a vida me presenteou. Miguel Adelino, Gecilainy Gomes, Ingrid Klebyane, Raquel Albuquerque e Lidia Souza, amigas que tenho em meu coração, que pularam os muros da academia e se tornaram indispensáveis na universidade e na vida, provando que é preciso estar com pessoas que te acolhem tanto quanto te impulsionam. A Marcela Bezerra Ferreira e Isadora Norberto Silva, me dei conta que acompanhamos todos os processos umas das outras, desde a entrada no maternal até a vida adulta, felicidade para mim é vê-las felizes e bem. Agradeço por 23 anos de amizade, repleta de amor, apoio e

companheirismo. A Maria Francine Almeida Ferreira Vitor, o ensino médio me presenteou e a vida se encarregou de manter, agradeço pela amizade, carinho e confiança. A melhor colega de quarto que alguém pode ter, Stephany Santos Silva, obrigada pelas noites de conversas, pelo apoio e companheirismo. Também as companheiras de casa Lidya Larissa e Cirlene Araújo, sem vocês a residência não teria graça. A todos os companheiros da 2020.2, em especial Kauane Adrielly, Diogo Gabriel, João Dionisio e Poliana Aquino. A Jaime Lima Guimarães Júnior e Jonas Melo, que me ajudaram não só em correções e conselhos, mas amizade e apoio. A Juarez Oliveira Júnior, por todo acolhimento e incentivo quando tudo isso era ainda um sonho distante. A Paula Souza que, realizando a beleza de sua profissão, foi ouvinte das minhas dores e alegrias durante o percurso.

A professora Mariana Zerbone, bem como a todo Laboratório de Estudo e Ensino sobre a Cidade do Recife e Cátedra Manuel Correia de Andrade, pelo apoio, pelas contribuições e pelo ambiente colaborativo que tanto enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho. A todo corpo docente do Departamento de História que contribuíram para minha formação como profissional e serviram de inspiração acadêmica.

Agradeço também a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Pró Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão, que foram fundamentais para minha estadia e formação.

*“É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer”*

- Zé Ramalho

RESUMO

O trabalho desenvolvido tem como objetivo analisar como o Professor Manuel Correia de Andrade abordava as situações de pobreza nos conteúdos de colunas de jornais, como o Jornal do Commercio entre os anos 1963 e 2003. Visto que ele é um notável intelectual brasileiro e que contribuiu, através das suas pesquisas e textos, de maneira significativa e interdisciplinar para a compreensão das realidades sociais, econômicas e geográficas do Brasil. Para atingir o objetivo geral proposto, a pesquisa realizou um levantamento bibliográfico da sua obra. Essa pesquisa fez uso de fontes do acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), e da Cátedra Manuel Correia de Andrade para mapear as temáticas relacionadas à pobreza em seus textos. Como resultado das análises dos textos conclui-se que Andrade apontou a má distribuição de renda, a concentração fundiária, a precariedade no ensino público e as relações de trabalho desiguais como estruturas causadoras centrais da pobreza no Brasil. Outros elementos também apontados nos textos das colunas foram o desemprego, as políticas neoliberais e a exclusão social, como intensificação do cenário de pobreza e criminalidade. Levando em consideração que esse trabalho busca identificar as principais preocupações acerca da temática quase 20 anos depois de seu falecimento, é observado que seus apontamentos ainda são muito atuais.

Palavras - chave: História Social; Manuel Correia de Andrade; Pobreza;

ABSTRACT

The work aims to analyze how Professor Manuel Correia de Andrade addressed situations of poverty in his newspaper columns, such as those published in the *Jornal do Commercio* between 1963 and 2003. He is recognized as a notable Brazilian intellectual who contributed, through his research and writings, in a significant and interdisciplinary way to the understanding of Brazil's social, economic, and geographical realities. To achieve the proposed general objective, the research carried out a bibliographical survey of his works. It made use of sources from the collections of the Joaquim Nabuco Foundation (FUNDAJ), the Institute of Brazilian Studies at the University of São Paulo (IEB/USP), and the Manuel Correia de Andrade Chair to map themes related to poverty in his writings. As a result of the analyses, it was concluded that Andrade identified income inequality, land concentration, the precarious state of public education, and unequal labor relations as the main structural causes of poverty in Brazil. Other elements highlighted in his columns include unemployment, neoliberal policies, and social exclusion as factors that intensified poverty and crime. Considering that this study seeks to identify his main concerns on the topic nearly 20 years after his death, it is evident that his observations remain highly relevant today.

Keywords: Social History; Manuel Correia de Andrade; Poverty;

Lista de Figuras

Figura 1 – Carta de Manuel Correia de Andrade direcionada a Caio Prado Júnior	20
Figura 2 – Nuvem de palavras com os termos mais utilizados por MCA	26
Figura 3 – Coluna do Jornal do Commercio: “O negro e a cidadania”	32
Figura 4 – Coluna do Correio das Artes: “O 13 de maio. Que abolição?”	32
Figura 5 – Coluna do Jornal do Commercio: “Em busca da identidade (1)”	41
Figura 6 – Coluna do Jornal do Commercio: “Território e Desenvolvimento”.....	42
Figura 7 – Coluna do Jornal do Commercio: “Categorias de países subdesenvolvidos”.....	45
Figura 8 - Coluna do Jornal do Commercio. “O Velho Chico”	49

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Colunas escritas por Manuel Correia de Andrade	23
Tabela 2 – Ranking de palavras mais utilizadas	26
Tabela 3 – Frequência da palavra terra	28
Tabela 4– Frequência da palavra pobreza.....	29

SUMÁRIO

Introdução	13
1. Metodologia	17
2. Manuel Correia de Andrade: Intelectual público e trajetória acadêmica	19
3. A problemática da pobreza nas colunas semanais de Manuel Correia de Andrade	27
3.1 Pobreza e Desigualdade	33
3.2 Questões Agrárias	41
3.3 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	47
3.4. Meio Ambiente	52
4. Considerações Finais	57
Referências	59

Introdução

Ao longo do século XX, o conceito de pobreza foi tomando uma série de modificações que traduziam a complexidade social, fazendo com que passasse de uma visão simples para uma abordagem multidimensional. Em um primeiro momento, o enfoque que predominava era a sobrevivência, limitando-se às necessidades nutricionais. A partir da década de 1970, ampliou-se o entendimento do que seria básico e se acrescentou serviços como saúde, saneamento e educação. Na década de 1980, o conceito se ampliou novamente, e começou a considerar aspectos mais sociais. Já nos anos 1990, destacando o estudo de Amartya Sen (2000), a pobreza é definida como privação de capacidades, visto que ela não se limita à falta de renda e tem um caráter multidimensional abarcando várias esferas da vida, que afetam diretamente o bem-estar social. (Crespo; Gurovitz, 2002)

Sob esse olhar, estudar sobre a pobreza, suas causas e consequências, não é algo datado, já que esse tema segue sendo um dos maiores desafios do Estado Brasileiro. Este trabalho, no entanto, não irá se debruçar sobre a história do conceito, mas sim correlacionar essa ideia abrangente de pobreza — não somente econômica, como também caracterizada pelos aspectos sociais e políticos— com os escritos do historiador e geógrafo Manuel Correia de Andrade.

Andrade foi um intelectual que atuou ativamente nas reflexões sobre esse e outros temas que tratavam das disparidades de poder e injustiças sociais historicamente estabelecidas. Desenvolveu uma produção acadêmico-científica, técnica e de outras naturezas vasta com mais de cem livros, fazendo com que ele afirmasse que “eu sou um cidadão muito solicitado” (Andrade, 2002, p.17).

Sobre os diversos temas e abordagens que escreveu, havia uma centralidade nas questões agrárias, concentração fundiária e relações de trabalho, outras obras eram livros didáticos, que foram, evidentemente, produzidos de acordo com o contexto histórico e escolar da época de sua publicação.

A luz deste contexto, é importante salientar que sua obra estende-se para além da Geografia e da História, visto que economistas, sociólogos, antropólogos e tantos outros cientistas das humanidades têm sido influenciados por ela. A visão interdisciplinar de suas obras é resultado de sua formação em três áreas distintas (Direito, História e Geografia), ainda que ele defenda a irmandade entre as ciências humanas e que sua separação se dá pela

necessidade de especialização, pontuando que as linhas que as dividem são muito tênues. (Andrade, 2008, p.23)

É inegável sua importante contribuição para as Ciências Humanas, isso se reflete nas diversas homenagens em seu nome, durante a sua vida e depois de sua partida. Os diversos títulos de Doutor *Honoris Causa* por universidades do Brasil, como a Universidade Federal de Rural de Pernambuco (UFRPE) em 2022; Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2007; Universidade Federal de Sergipe (UFSE) em 1995; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 1995; Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) em 1978 e Universidade de Pernambuco (UPE) em 2022. Na UFRPE, ele é homenageado sendo patrono de uma Cátedra, levando o nome da biblioteca setorial e do Diretório Acadêmico (DA) dos estudantes do curso de Licenciatura em História. A salvaguarda do acervo bibliográfico e documental deste intérprete do Brasil, está no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, junto ao acervo de outros nomes de mesma envergadura, a exemplo de Milton Santo, Caio Prado, Paulo Singer, Celso Furtado, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, entre outros.

Além disso, seu legado está eternizado em seus livros, como o mais famoso deles: “A Terra e o Homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste”, que teve a primeira edição publicada no ano de 1963 e foi considerada um dos principais livros brasileiros do século XX. Andrade teve uma vida de reconhecimento em sua área, reflexo de sua dedicação e comprometimento com a academia e sua produção científica. Foi diretor do Centro de Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco e Membro da Academia Pernambucana de Letras, além de receber importantes prêmios como Medalha CAPES 50 ANOS, concedida pelo Governo Federal e Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Não somente títulos e cargos são importantes na trajetória de um intelectual, mas também sua capacidade de dialogar com o público, seja ele dentro ou fora da academia, e seu legado com seus orientandos e colegas de trabalho. O livro “Manuel Correia de Andrade, um homem chamado Nordeste” organizado por Clóvis Cavalcanti, Jacques Ribemboim e Lêda Rivas (2008), conta com vinte e sete textos sobre Andrade, escrito por muitos colegas, colaboradores e ex-alunos de orientação.

Como um dos principais intelectuais públicos de Pernambuco, Andrade assinava uma coluna dominical no Jornal do Commercio. Este dia da semana era o mais importante de circulação dos jornais, evidenciando sua influência como pensador. Por sua reconhecida contribuição no debate sobre a temática pobreza, Manuel Correia foi escolhido como

referência central da análise deste trabalho. Devido a vastidão das obras de Manuel Correia este trabalho teve-se somente aos seus escritos nos jornais para analisar a questão da pobreza.

Mesmo com a restrição de espaço dos textos no jornal, Manuel Correia de Andrade revela não apenas as raízes históricas da pobreza, mas também explora possíveis soluções e convida a sociedade a refletir sobre a sua parte. Ao analisar seus escritos, seja na década de 1960 ou em um artigo de jornal dos anos 2000, se pode perceber que as problemáticas discutidas continuam atuais. A pobreza para o autor não é um fenômeno isolado e que trata apenas da questão de renda da população, visto que está ligada intrinsecamente a fatores como: Racismo, desigualdade socioeconômica, estrutura fundiária, desigualdade de acesso à educação, saúde e direito à moradia de qualidade. Esses elementos interagem em um ciclo de segregação social que se iniciou, no Brasil, com a invasão portuguesa e vem se perpetuando ao longo do tempo através das relações de poder díspares, como as relações de trabalho injustas estabelecidas através da subalternização em contextos de gênero e étnico-raciais.

Deve-se enfatizar que suas colunas evidenciam o caráter de comunicador e educador democrático que Manuel Correia possuía, que se coloca no papel de intérprete do Brasil e ao fazer este esforço, não apenas evidencia um importante debate, também o propaga de maneira acessível para o heterogêneo público leitor de jornais. Visto que era um dos principais meios de comunicação e informação do período analisado, é muito benéfico que ele utilizasse esse espaço para comunicar suas ideias, discutir dinâmicas sociais de desigualdade e segregação, além de propor reflexões críticas aos problemas colocados na estrutura social desse país, dentre eles a pobreza. Era um espaço de contribuição para uma construção de opiniões coletivas baseadas na ciência que, por vezes, se atém aos muros da academia.

Este trabalho, portanto, tem o objetivo de investigar as pautas relacionadas à pobreza nas colunas de jornais, como o Jornal do Commercio, escritas por Manuel Correia de Andrade entre os anos de 1963 e 2003. Isso foi feito através de uma série de etapas metodológicas baseadas na análise do conteúdo postulada por Laurence Bardin (1977). A análise de conteúdo consiste em uma estrutura de três fases, sendo a primeira a pré-análise, a segunda exploração do material e a terceira o tratamento de resultados. “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 1977, p.38).

Para alcançar os propósitos centrais desta pesquisa, foram definidos objetivos específicos que orientam a análise e possibilitam compreender, de forma sistemática, a

contribuição de Manuel Correia de Andrade para o debate público sobre a pobreza no Brasil contemporâneo. Busca-se, em primeiro lugar, destacar a relevância de sua obra no campo das Ciências da Sociedade; em seguida, identificar as principais temáticas e preocupações sociais expressas em sua coluna semanal no Jornal do Commercio; além disso, pretende-se quantificar os textos em que abordou, direta ou indiretamente, situações de pobreza; por fim, elencar e sistematizar as questões mais recorrentes no período analisado, de modo a evidenciar o papel de sua produção intelectual no diálogo entre ciência, sociedade e imprensa.

Este trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro irá trazer esclarecimentos sobre os percursos metodológicos da pesquisa. O segundo que tem como objetivo situar Manuel Correia de Andrade como um intelectual público, apresentando sua trajetória profissional e suas contribuições para a democratização do saber histórico e geográfico, além de sua atuação como auxiliar do Estado em alguns momentos. O terceiro capítulo debaterá com mais afinco o tema central deste estudo, portanto, trará o resultado da análise do conteúdo, sendo desmembrado em 4 tópicos: A questão agrária; Pobreza e Desigualdades; Meio ambiente; Desenvolvimento e subdesenvolvimento.

1. Metodologia

Este estudo está sendo realizado através da leitura e análise dos escritos do Professor Manuel Correia de Andrade nas colunas dominicais no *Jornal do Commercio*, do Diário de Pernambuco, Correio das Artes e Nordeste Econômico — esses três últimos em menor quantidade — e livros direcionados ao tema a exemplo de “A terra e o Homem no Nordeste” (Andrade, 1963), “Nordeste: A reforma agrária ainda é necessária?” (Andrade, 1988) e “A questão do Território no Brasil” (Andrade, 2004). Foram consultados os acervos da Cátedra Manuel Correia de Andrade, Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo. O levantamento documental das colunas de foi realizado através do acervo digital da Fundaj, do IEB e da Hemeroteca Digital, que disponibilizam arquivos com fotografias das edições.

Destaca-se, enquanto aspecto fundamental, apontar a importância do jornal como fonte de informação e pesquisa para o Historiador, visto que a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista (Sodré, 1999, p. 1) de modo que ao analisar os jornais se tenha um olhar crítico sobre a periodicidade em que foi publicada e a intencionalidade em que se institui aquele periódico e sua relevância informativa.

No caso das colunas analisadas, é adicionado a especificidade de compreender as reflexões de um importante intelectual, que toca em assuntos complexos como a pobreza, suas causas e consequências para um público fora da academia. A segunda etapa metodológica segue na coleta dos documentos e na análise de seus conteúdos.

Foram separadas o total de 46 colunas no processo e depois anexadas em pastas do *Google Drive*, seguindo as seguintes categorias de temáticas: Pobreza e Desigualdade; Meio Ambiente; Desenvolvimento e Subdesenvolvimento; Questões Agrárias. Como as colunas foram disponibilizadas em fotografias, foi necessário transcrevê-las para facilitar as etapas metodológicas que seguiram.

Tendo em conta que o processo de escrita e desenvolvimento deste trabalho é um momento de aprendizagem, as transcrições foram realizadas de três maneiras: manuais, ditadas e com uso de software. As manuais, que foram as mais demoradas, foram as primeiras transcritas, a tela do computador era dividida em duas, uma com um documento do *Google Documentos* e o outro com a imagem, então de maneira manual se transcrevia de um documento para o outro. Em seguida foi utilizado um software online chamado “*OCR ONLINE*”, o que facilitou e adiantou bastante o processo. Nele se fazia o upload da fotografia e selecionava a opção de conversão em texto simples, em seguida se copiava o texto para o

Documento, fazia a leitura em comparação com a fotografia e se corrigia possíveis erros de pontuação, de digitação de palavras ou de desconfiguração de frases. No entanto, ele não conseguiu converter algumas pela má qualidade da imagem, esse caso específico foi com o Diário de Pernambuco, já que fotografia era uma captura de tela do site da Hemeroteca Digital, decidiu-se, portanto, utilizar a função presente no *Google Documentos* de ditar o texto e somente ir acrescentando as pontuações necessárias.

Com as colunas já transcritas, foi realizada uma tabela, em que lista o título, data de publicação, jornal de publicação e palavras-chave, além de um subguia com comentários sobre a coluna. Com a ajuda do *MAXQDA 24*, programa de computador utilizado para pesquisas de análise de conteúdo, buscou-se as palavras mais utilizadas no material, com isso se fez uma nuvem de palavras que será apresentada e discutida ao longo deste trabalho.

A luz disso, esse trabalho de análise da obra de Manuel Correia de Andrade se justifica pela atualidade das questões por ele abordadas no que tange às situações de desigualdade social, desenvolvimento e, principalmente, a pobreza. Seus escritos permitem compreender a perspectiva crítica de Andrade, como também discutir a atemporalidade do tema, uma vez que a pobreza é vista a olhos nus em qualquer lugar do mundo e sem nenhuma dificuldade de flagra, isso no século XX, no hoje ou no início dos tempos.

2. Manuel Correia de Andrade: Intelectual público e trajetória acadêmica

Para iniciar o debate sobre Manuel Correia de Andrade como um intelectual público, se fez necessário compreender o papel desse tipo de agente e como ele é exercido socialmente. Edward Said (1993) pontua que

As representações do intelectual, suas articulações por uma causa ou idéia diante da sociedade, não têm como intenção básica fortalecer o ego ou exaltar um a posição social. Tampouco têm com o principal objetivo servir a burocracias poderosas e patrões generosos. As representações intelectuais são a atividade em si, dependentes de um estado de consciência que é cética, comprometida e incansavelmente devotada à investigação racional e ao juízo moral; e isso expõe o indivíduo e coloca-o em risco. Saber como usar bem a língua e saber quando intervir por meio dela são duas características essenciais da ação intelectual (Said, 1995, p.33).

Com a modernidade, os primeiros intelectuais públicos, nascem na França — visto o cenário fértil de debates políticos das revoluções — e consiste no “intelectual que, só contando com o poder da pena e da ideia, pôde ocupar a arena política, propor a reforma do homem e da sociedade e ser o protagonista da revolução mais radical e de consequências nunca vistas antes.” (Domingues, 2011, p.466) O intelectual público referido não está vinculado a cargos estatais, judiciário, igreja ou universidade, ele é uma figura com comprometimento político e atuante no espaço público, seja uma cidade, região ou país. Portanto, diz respeito a um grupo que, ao contrário da academia, “não visa a discussão com pares, mas a publicização de ideias, ou seja, a difusão de seu ideário, de seus argumentos, assim sucessivamente” (Pires, 2024, p.171)¹

Neste sentido, Andrade, ao longo de sua trajetória, mesmo fazendo parte dos bancos das universidades e prestando serviços ao Estado, assumiu uma postura crítica e ativa diante das desigualdades regionais, do uso da terra e da história social do Nordeste e do Mundo. Nascido em Vicência, município localizado na zona da mata pernambucana, em 3 de agosto de 1922, Andrade veio a este mundo nas terras do Engenho Jundiá, onde viveu toda sua infância. Em Vicência fez todo o seu curso primário em escola pública, no entanto, mudou-se para o Recife, onde concluiu o curso secundário. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, para seguir o esperado pelo seu pai, que era se tornar advogado.

¹ Evidentemente Andrade se relacionou ao longo de sua trajetória intelectual com muitas das entidades públicas citadas por Pires (2011). Defendo sua posição enquanto intelectual público por entender que sua atuação no debate compromissado com a sociedade, supera qualquer vinculação a essas referidas entidades.

Desde o seu curso secundário Andrade possuía um grande interesse nas Ciências Sociais, e apontava como grande influência de sua tendência o sociólogo Gilberto Freyre.² Escolheu o curso de Direito dadas as circunstâncias do momento, visto que não podia ingressar na Faculdade de Filosofia do Recife, criada pelas Irmãs Doroteias, que era destinada apenas a moças. No entanto, conseguiu cursar Geografia e História - que na época não eram graduações separadas - na Universidade Manoel da Nóbrega, atual Universidade Católica de Pernambuco, concluindo ambos os cursos (Direito e História e Geografia) em 1945.

Andrade também participou ativamente da vida política do Estado de Pernambuco, quando estudante de Direito foi mais de uma vez representante do Diretório Acadêmico e ativo em protestos e passeatas durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Em 1944 chegou a ser detido e indiciado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Inclusive, filiou-se, ainda que por pouco tempo, ao Partido Comunista Brasileiro, como relata em uma anedota para José Correia Leite em uma entrevista intitulada “Homem do Nordeste” na revista Teoria e Debate.

Sabendo da relevância do seu livro "A terra e o homem" (Andrade, 1963), o então governador Miguel Arraes o chamou para exercer o cargo de coordenador superintendente do Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA) (entre 1963-64, quando Miguel Arraes foi destituído do cargo pela ditadura militar). O GEPA tinha o objetivo de proporcionar a abertura de crédito, assistência técnica e orientação de comercialização de produção agrícola ao pequeno produtor rural no estado de Pernambuco. Representava um esforço do governo Arraes para democratizar o acesso aos recursos produtivos no campo, e buscava promover a inclusão socioeconômica de trabalhadores rurais em um contexto de tensões sociais e debates sobre uma Reforma Agrária. Esse programa buscava reduzir as desigualdades no campo e trazer uma dinamização da produção agrícola tendo como base a justiça social. Sua atuação no GEPA, ilustra o seu engajamento intelectual e compromisso com as causas populares, além de evidenciar sua contribuição que extrapolava os muros da Universidade, se fazendo presente na construção de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento regional com a busca da equidade social.

O órgão foi extinto com a ditadura militar e Arraes foi destituído do cargo e exilado. Depois do ocorrido, Manuel regressou para a universidade e para os colégios particulares que

² ANDRADE, Thaís de Lourdes Correia de. Vida e obra de Manuel Correia de Andrade: caminhos percorridos na Geografia e contribuições aos estudos regionais e ambientais. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-07062019-122115/>. Acesso em: 01 abr. 2025.

lecionava. Posteriormente foi convidado pelo professor Pierre Monbeig para ministrar um curso e proferir palestras na França. Voltou ao Brasil para um estudo de regionalização para o Estado, a convite do então Governador de Pernambuco Nilo Coelho. (Gomes; Dutra, 2022).

Manuel Correia teve também uma importante contribuição para o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (CONDEPE), sua atuação foi central para a formulação das primeiras propostas de regionalização do território estadual. Enquanto coordenador do Setor de Regionalização do órgão, Andrade elaborou um diagnóstico que resultou na divisão de Pernambuco em 12 microrregiões homogêneas, tendo como critérios as diversidades físicas, sociais e econômicas, adaptando conceitos geográficos à realidade de um estado marcado por desigualdades estruturais. Sua contribuição ultrapassa a dimensão teórica e revelava um forte compromisso com o planejamento regional como instrumento de transformação social e redução dos desníveis intraestaduais (Lima; Andrade. 2022).

No que diz respeito à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Andrade não ocupou cargos administrativos, mas teve uma contribuição valiosa a partir do debate sobre o desenvolvimento regional nordestino. Já que ele analisava criticamente as políticas estruturais da pobreza, das relações de trabalho no campo e da concentração fundiária — como será debatido no decorrer deste trabalho —, o que conversava com os temas da SUDENE em sua fase inicial, quando se propôs a articular industrialização, reforma agrária e combate às desigualdades. No entanto, ao longo dos anos, houve convergências entre suas análises e os objetivos da SUDENE, visto que ele defendia um desenvolvimento regional fundamentado na superação das assimetrias regionais historicamente impostas sob o Nordeste, o órgão não estava conseguindo lograr dado resistências de antigas estruturas. Andrade aponta que “ao se produzir um espaço geográfico, que é essencialmente social, sem se consultarem os interesses da população, se está produzindo uma modernização anômala, que empobrece o homem e o país, ao mesmo tempo em que se enriquecem os grandes grupos econômicos” (ANDRADE, 1981, p. 97).

Além disso, foi Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde também atuou como organizador e coordenador do Mestrado em Geografia e como coordenador do Mestrado em Economia. Participou ativamente de importantes instituições, sendo membro da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe), foi presidente e vice-presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

No cenário internacional, foi bolsista na École Pratique des Hautes Études de Paris e no Ministério da Economia Francês. Além disso, contribuiu para a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e atuou como diretor do

Centro de Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco. Sua relevância como pesquisador também se expressa por meio de sua participação como bolsista e membro de comissões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).³

Manuel Correia de Andrade foi um homem branco, com acesso à educação e que construiu uma carreira premiada, reconhecida dentro e fora do Brasil. Quando ele aponta que “eu não sou operário! Eu sou da burguesia açucareira.” (Andrade, 2000d apud Leite, Teoria e Debate, 2000) evidencia seu lugar privilegiado dentro da sociedade. Como cientista das humanidades, buscou entender as demandas sociais a partir do olhar daqueles que vivenciam cotidianamente as desigualdades e exclusões causadas pelo contraditório desenvolvimento. É sabido que os estudos decoloniais debatem até hoje, principalmente utilizando o ensaio "Pode um subalterno falar?"(2010) da indiana Gayatri Spivak, sobre a legitimidade dos escritos sobre os subalternos e quem pode falar por eles. É pontuado, inclusive, que ninguém pode falar por um grupo subalterno, principalmente quando não se faz parte dele, como é o caso de Andrade. Já que quando um intelectual fala por um grupo subalterno, estão predispostos a trazer uma interpretação e não sua totalidade, correndo o risco de apagá-lo mais uma vez — ainda que haja boa intenção.

Reconhecer que o discurso de Andrade parte de uma posição privilegiada e que sua visão sobre as classes populares pode ser limitada por sua posição socialmente privilegiada não anula a relevância de sua obra, uma vez que sua produção acadêmica oferece diagnósticos importantes e contundentes sobre as desigualdades sociais e estrutura excludente formada pelo passado colonial. Federico Ferretti, em seu artigo “Decolonizing the Northeast: Brazilian Subalterns, Non--European Heritages, and Radical Geography in Pernambuco.” (2019), elucida que

Ele reconstruiu histórias subalternas de sua terra ao investigar criticamente e comparar registros oficiais, histórias orais e tradições. Naturalmente, isso não resolve a contradição apontada por Spivak — de que, ao falar, o subalterno deixaria de sê-lo —, pois de Andrade era um intelectual que abordava essas questões a partir de uma perspectiva historiográfica. No entanto, antecipando noções como hibridez e mistura, suas obras ainda podem contribuir de forma valiosa para os debates nos campos dos estudos subalternos, pós-coloniais e decoloniais. Sua produção oferece contribuições adicionais, a partir de uma perspectiva brasileira, para questões contemporâneas sobre inclusão social e racial. (Ferretti, 2019, p. 1646)⁴

³ Essas informações podem ser encontradas no site do Projeto Manuel Correia de Andrade da Universidade de São Paulo, acesso em: <https://sites.usp.br/pmca/conheca-manuel-correia-de-andrade/>

⁴ Tradução livre

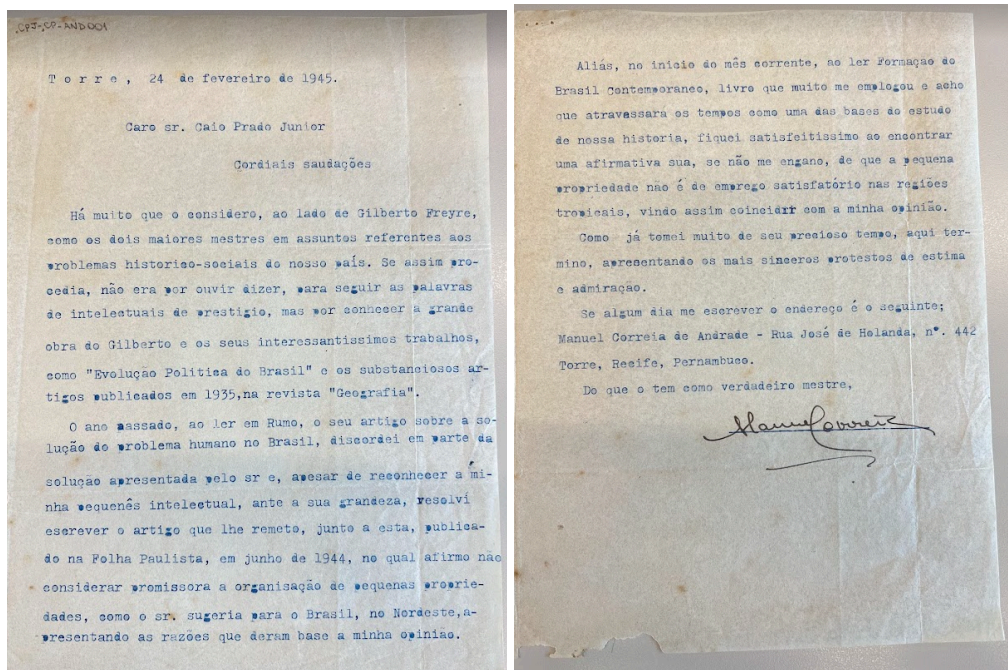
Andrade, junto com outros pensadores brasileiros como Gilberto Freyre, Josué de Castro e Milton Santos, demonstram precocemente, a consciência sobre a centralidade do problema colonial em suas análises dos problemas sociais, argumentam que os subalternos conquistaram os seus direitos através de ações diretas pelas suas práticas autônomas históricas. Suas revoltas reivindicavam, principalmente, a terra — que foi e continua sendo a questão central dos movimentos sociais brasileiros por reforma agrária (Ferretti, 2019).

Manuel Correia foi, sem dúvidas, um intelectual comprometido com as causas sociais, sua imensa contribuição para as muitas áreas das ciências humanas é o espelho da capacidade quase sobre humana de produção de material científico. Foram mais de 100 livros publicados sobre diversos temas — incluindo livros didáticos—, sem contar os artigos científicos em revistas, artigos de jornais e entrevistas. Para Andrade, não há fronteira metodológica que imponha “um limite para a sua obra; sua natureza inquieta e contestatória o impedia de ser provinciano, limitando-se ao regionalismo. Pelo contrário, seu pensamento era cosmopolita, abrangente, criativo e atento aos problemas do seu tempo” (Marino, 2014, p.105). A imensa capacidade de produção se firma na sua aptidão imensurável à leitura, segundo o Projeto Manuel Correia de Andrade, o seu acervo pessoal conta com mais de 80 mil itens, entre livros, manuscritos, correspondências dentre outros.⁵

Se observa, não só pelo grande número de livros, sua sede de leitura quando se encontra, entre as correspondências, cartas direcionadas a Caio Prado Júnior, o que mostra seu comprometimento como intelectual que, ainda que possuísse uma vasta produção, seus pensamentos também se alimentavam do diálogo com outros intelectuais tão comprometidos quanto. Outro ponto a se destacar é o maduro posicionamento e convicções que Andrade possuía dentro de sua área desde a graduação, como pode ser observada na primeira carta que ele enviou para Caio Prado, ainda em 1945, com apenas 22 anos de idade.

⁵ Informação presente no site do Projeto: <https://sites.usp.br/pmca/sobre-o-pmca/#acervo>

Figura 1 - Carta de Manuel Correia de Andrade direcionada a Caio Prado Júnior⁶



Fonte: IEB/USP

Essa carta revela uma dimensão importante de sua atuação como intelectual, que seguiu por toda sua trajetória: a construção do pensamento por meio do diálogo. Andrade mostra sua intensa admiração por Prado Júnior e Gilberto Freyre — autor que sempre foi referência para ele —, entretanto, ainda que o admire, pontua sua discordância com muito respeito, valendo-se de uma argumentação sólida. Esse é um reflexo de sua maturidade intelectual, mesmo sendo tão jovem e bem menos influente que Prado Júnior, comprova sua capacidade de dialogar com suas influências sem, necessariamente, se submeter cegamente a elas, não abdica, portanto, da sua leitura autónoma da realidade. Carta que foi bem recebida e respondida por Caio Prado, a partir disso eles permaneceram trocando correspondências, relatando seus estudos, comentando sobre o mundo, concordando e discordando um do outro, mas ambos com o mesmo objetivo: interpretar o Brasil. É válido ressaltar que o livro mais famoso de Manuel Correia de Andrade, intitulado “A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste” (1963), é fruto dessa grande amizade, como conta Andrade

⁶ **Fonte:** Arquivo do IEB/USP **Acervo:** Caio Prado Júnior. Código de Ref: CPJ-CP-AND001. Localidade: Recife, PE, BRA. Data: 24/2/1945. Remetente: Manuel Correia de Oliveira Andrade. Destinatário: Caio Prado Júnior.

Foi ele quem me aconselhou a escrever A terra e o homem no Nordeste – que é o meu livro mais conhecido –, que ele publicou e prefaciou. E isso permitiu que eu entrasse no mercado editorial paulista. Porque se eu tivesse publicado o livro em Pernambuco, ninguém teria tomado conhecimento. Mas como foi publicado pela Brasiliense, que era uma editora de muito prestígio em 1963, com prefácio de Caio Prado Júnior... Aliás, eu escrevi o livro porque o Caio tinha um projeto de contratar cinco geógrafos, cada um para escrever sobre uma região. Então, me entregou o Nordeste. Não sei a quem ele entregou as outras. (...)Não saiu nenhum. O único que escreveu fui eu! (Andrade, 2000d apud Leite, Teoria e Debate, 2000)

Andrade demonstrou um profundo compromisso com a divulgação e valorização das questões sociais do Nordeste, tendo inclusive, uma consciência da importância de garantir uma certa visibilidade para região que costumeiramente é estigmatizada. A preocupação em desmistificar preconceitos relacionados à realidade nordestina, aprofundando de uma maneira mais acadêmica “os Nordestes” e reafirmando seu comprometimento por meio da divulgação do conhecimento.

O potencial da escrita de Andrade e as discussões sobre os problemas estruturais do Brasil, incomodava os setores tradicionais da Universidade. No ano de 1981, ele foi alvo de um episódio muito emblemático que elucida sua relevância intelectual, assim como os obstáculos institucionais e políticos que enfrentou por sua produção crítica. O Conselho Editorial da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vetou a publicação de um livro do professor, mesmo sendo a obra parte do “Programa de Estímulo à Editoração e Produção Intelectual” mantido pelo Ministério da Educação (MEC). A reação foi imediata: representantes de associações docentes de universidades do Nordeste (UFPE, UFRN, UFPB, UFRPE, entre outras) emitiram uma moção de repúdio, denunciando o que classificaram como uma tentativa de cercear a liberdade acadêmica e calar um cientista de renome internacional. A situação gerou tamanho incômodo que foi parar nas folhas do Jornal Diário de Pernambuco, como evidência o seguinte trecho da manchete “Funcionários da Federal levam à Reitoria à Justiça”:

Na moção os docentes protestam ‘perante as autoridades educacionais locais e federais’ e denunciam ‘à opinião pública o clima de perseguições pessoais e de espírito antiacadêmico reinantes naquela Universidade .A moção é dirigida ao ministro da Educação e Cultura, general Rubem Ludwig, ao reitor da UFPE, Geraldo Lafayette, ao Godemor — Gerência do Programa Editorial do MEC e à Imprensa em geral. O veto do Conselho Editorial da UFPE é tachado de absurdo e ridículo. “O fato – não menos grave por atingir um cientista de renome internacional que poderá, por outros meios, fazer publicar seu trabalho – atinge toda a comunidade científica local e nacional,

desestimulando pesquisadores de menor nomeada e ferindo frontalmente os próprios objetivos da Universidade, bem como os do ‘Programa de Estímulo à Editoração da Produção Intelectual’ mantido pelo MEC”, afirmam os docentes. (Diário de Pernambuco, 1981, p.11 a)

Esta situação evidencia o caráter crítico e contestador das obras de Manuel Correia de Andrade, ele utilizava o conhecimento como um instrumento de transformação social. Esse episódio reafirma a coerência de sua trajetória enquanto intelectual público, bem como sua importância dentro da academia, visto o apoio de uma quantidade considerável de profissionais que, ao se solidarizar, demonstraram o respeito conquistado por ele e sua produção durante sua carreira. Isso reforça ainda mais sua imagem como um intelectual público que coloca sua produção a serviço da crítica social e da democratização do saber.

É possível perceber sua inserção no debate público como intelectual por meio de suas colunas, é válido salientar que o espaço dado a Andrade para a escrita de suas colunas no dia de maior circulação do Jornal, como no Jornal do Commercio, deixa claro sua relevância no cenário estadual. Manuel Correia lança em parceria com o jornal citado, uma obra síntese, intitulada “Pernambuco Imortal: Evolução Histórica e Social de Pernambuco” (1997) onde mais uma vez ele combinava o rigor acadêmico com a divulgação do conhecimento histórico e geográfico. A obra traça um panorama amplo sobre a formação social, política e econômica de Pernambuco desde o período colonial até o século XX, ela aborda a história pernambucana de maneira acessível sem perder a criticidade científica, articulando as estruturas territoriais, políticas coloniais, dinâmicas sociais e os fatos históricos que foram se internalizando e moldaram a identidade pernambucana.

3. A problemática da pobreza nas colunas semanais de Manuel Correia de Andrade

A partir das leituras das obras Manuel Correia de Andrade se pode perceber que a pobreza está fincada em raízes históricas profundas, perpetuada ao longo do tempo a partir de uma manutenção programada e estrategicamente adaptada aos novos modelos de sociedade. Portanto, a miséria não se consolida por acidente ou consequência do azar, ela é um projeto político econômico que se atualiza de acordo com as demandas de elites econômicas. No Brasil ela se plasma desde o período colonial, através da estrutura agrária latifundiária e perpassa ao longo da história pela mão de obra escravizada, em seguida da alienação do trabalhador rural e seu êxodo para os centros urbanos, que se cristaliza como um lugar de segregação e vulnerabilidade social. Cria-se, desse modo, um ciclo de reprodução da pobreza que se mantém à medida que se transforma o sistema capitalista como garantia da desigualdade. Há também muitos outros fatores que subsidiam a pobreza, visto que ela nunca está atrelada a uma só raiz, a exemplo do recorte de gênero, raça, território, educação, trabalho e outros.

Pensando sob essa perspectiva, houve um levantamento de colunas dos jornais para refletir sobre a problemática da pobreza a partir dos escritos de Andrade. A tabela abaixo apresenta uma síntese das informações gerais relacionadas a cada uma das colunas:

Tabela 1 - Colunas escritas por Manuel Correia de Andrade

QUESTÃO AGRÁRIA		
Título da Matéria	Ano e Mês da Publicação	Periódico
1. Modernização Agrícola	16/06/1996	Jornal do Commercio
2. O Movimento Sem Terra	20/10/1996	Jornal do Commercio
3. A “Zona” da Mata	21/05/2000	Jornal do Commercio
4. A crise agrária (1)	10/06/2000	Jornal do Commercio
5. A crise agrária (2)	18/06/2000	Jornal do Commercio
6. Estudos Agrários no Brasil	30/07/2000	Jornal do Commercio
7. Tragédia de Agosto	01/10/2000	Jornal do Commercio

8. Em busca da Identidade	04/02/2001	Jornal do Commercio
9. Uma visão sociológica das ligas camponesas	12/02/1982	Diário de Pernambuco
POBREZA E DESIGUALDADE		
Título da Matéria	Ano e Mês da Publicação	Periódico
10. O desemprego	05/05/1996	Jornal do Commercio
11. A questão da Segurança	02/06/1996	Jornal do Commercio
12. A questão geo-social	14/07/1996	Jornal do Commercio
13. Josué de Castro	18/08/1996	Jornal do Commercio
14. Geografia da Fome	06/10/1996	Jornal do Commercio
15. Um Banquete no Trópico	17/09/2000	Jornal do Commercio
16. E o Banquete continua	24/09/2000	Jornal do Commercio
17. Discriminação e Racismo	19/11/2000	Jornal do Commercio
18. O Brasil e a Modernidade	10/12/2000	Jornal do Commercio
19. O legado do século XX	20/01/2001	Jornal do Commercio
20. A População Brasileira	20/02/2001	Jornal do Commercio
21. A Pobreza no Brasil	08/2002	Jornal do Commercio
22. Cultura e Miséria	05/01/2003	Jornal do Commercio
23. O Velho Chico	21/10/2001	Jornal do Commercio
24. Um inverno rigoroso	07/07/1996	Jornal do Commercio
25. O negro e a cidadania	26/11/1995	Jornal do Commercio
26. O negro na civilização Brasileira	10/12/1995	Jornal do Commercio
27. Os Imigrantes no Brasil	17/12/1995	Jornal do Commercio
28. Os nordestinos e as migrações	07/01/1996	Jornal do Commercio
29. Discriminação e racismo	19/11/2000	Jornal do Commercio
30. Vida de Pobre	07/09/1997	Jornal do Commercio
31. A unidade do Nordeste	28/09/1997	Jornal do Commercio

32. Inferno ou Paraíso	09/01/2003	Jornal do Commercio
33. O 13 de maio. Que abolição?	26/06/1983	Correio das Artes
34. Ensino e pesquisa	04/03/01	Jornal do Commercio
MEIO AMBIENTE		
Título da Matéria	Ano e Mês da Publicação	Periódico
35. A valorização do Mangue	07/04/1996	Jornal do Commercio
36. Em defesa da vida	09/06/1996	Jornal do Commercio
37. Ecologia hoje	25/08/1996	Jornal do Commercio
38. A problemática amazônica	25/06/2000	Jornal do Commercio
39. Ainda a Amazônia	02/07/2000	Jornal do Commercio
40. Presença do São Francisco	10/09/2000	Jornal do Commercio
DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO		
Título da Matéria	Ano e Mês da Publicação	Periódico
41. A problemática do subdesenvolvimento	22/04/1983	Diário de Pernambuco
42. Categorias de países subdesenvolvidos	02/02/1967	Jornal do Commercio
43. O subdesenvolvimento e o problema brasileiro	16/02/1964	Jornal do Commercio
44. O subdesenvolvimento e o problema brasileiro II	23/02/1964	Jornal do Commercio
45. Território e desenvolvimento	10/11/2002	Jornal do Commercio
46. O economista e a realidade brasileira	12/1963	Nordeste Econômico

Fonte: Elaborada pela autora⁷

No caso das colunas analisadas, é adicionado a especificidade de compreender as reflexões de um importante intelectual, que toca em assuntos complexos como a pobreza,

⁷ Acesso as colunas:

https://drive.google.com/drive/folders/1jbqp0L8r5NrSm9p63Fh8j3vkpdMfCv_-?usp=sharing

Tabela 2 - Ranking de palavras mais utilizadas

Palavra	Frequência	%	Ranking
terra	94	2,28	1
problema	86	2,08	2
político	80	1,94	3
região	78	1,89	4
negro	65	1,57	5
desenvolvimento	59	1,43	6
cultura	54	1,31	7
cidade	53	1,28	8
social	51	1,24	9
produção	46	1,11	10
nordeste	44	1,07	11
água	43	1,04	12
rural	43	1,04	12
agrícola	41	0,99	14
fome	41	0,99	14
indígena	38	0,92	16
amazônia	37	0,90	17
rico	35	0,85	18
território	34	0,82	19
solo	33	0,80	20
pobre	32	0,78	21
governar	31	0,75	22
sociedade	31	0,75	22
crescimento	30	0,73	24

Fonte: elaborada pela autora

Pode-se observar através dessa tabela que “terra” é a palavra mais utilizada por Andrade nas colunas analisadas. A terra é, via de regra, um tema central nos estudos de Andrade, seja pela concentração fundiária, as relações de trabalho, a manutenção de poder e/ou as situações de pobreza. Para ele existe a necessidade de uma reforma agrária, visto que a divisão fundiária do Brasil é colonial e cheia de privilégios a uma certa elite socioeconômica. Ainda que a palavra pobreza não esteja na tabela, e se encontre na posição 42º do ranking, palavras como “desenvolvimento”, “fome” e “pobre”, são utilizadas em contextos que refletem diretamente à discussão sobre populações marginalizadas e vulnerabilidade social.

Manuel Correia aponta que a miséria é o principal desafio enfrentado no Brasil, visto que a população brasileira enfrenta o analfabetismo, doenças e poucas oportunidades, tida como uma poluição social, em que a população está sujeita a uma série de questões que as mantém em situações de pobreza (Andrade, 2005). No que diz respeito ao Nordeste, o seu subdesenvolvimento — que sempre está correlacionado ao desenvolvimento, principalmente na questão da pobreza — é resultante do histórico colonizador, que mantém não só as estruturas de poder, como também estabelece oligarquias açucareiras que são aclimatadas de acordo com seus interesses. “O Nordeste é uma região de povoamento antigo, de estrutura

consolidada, com uma economia em processo de estagnação e foi transformada, desde o século XVIII, em fornecedora de mão de obra ao Sudeste (Andrade, 1993, p.10)”.

Destarte, há uma pobreza funcional que é útil para essas oligarquias regionais que, a partir de sua exploração econômica, se colocam como motores do subdesenvolvimento nordestino. Utiliza-se a justificativa de combate a pobreza causada pela seca, como forma de captação de recursos estatais ou internacionais, estes que, via de regra, são canalizados para o fortalecimento do poder político desses grupos dominantes em detrimento da implementação de políticas efetivas. O que não somente leva à perpetuação da exclusão social, assim como alimenta ciclos contínuos de migrações em busca de condições dignas de sobrevivência (Andrade, 1993).

Configura-se, desse modo, uma via prussiana⁸ de desenvolvimento capitalista na qual essas elites modernizam apenas o necessário para manutenção de seus privilégios e perpetuando estruturas arcaicas de dominação.⁹ Essa configuração é mantida através do controle das terras, recursos e negociações de poder, haja vista a permanência das mesmas famílias na política. Elas que decidem manter as reservas de mão de obra barata com o sucateamento de regiões e o Estado não rompe com esse ciclo, pois dele é proveniente sua base política que se constrói a partir da manutenção de benefícios para grandes proprietários.

As regiões ricas enriquecem cada vez mais e as pobres são enfraquecidas e desgastadas ecologicamente, em um processo incontrolável; do ponto de vista social, os ricos também se tomam cada vez mais ricos, formam-se companhias que dispõem de mais recursos e poder do que os estados, que elas controlam, ao mesmo tempo em que aumenta o problema do desemprego e a pobreza se degrada em miséria; miséria que tem reflexos no crescimento urbano, na formação de áreas pobres em torno das cidades grandes e médias, criando impactos sobre os níveis de segurança e sanitário. (Andrade, 1994, p.13)

A partir disso é possível entender que outras palavras como “político”, “social”, “solo”, “território”, “região” e “governar” sejam tão frequentes nos textos de Andrade, elas são utilizadas para contextualizar as dinâmicas de poder, bem como as desigualdades sociais e os conflitos relacionados ao controle da terra. Como esse trabalho se estruturou a partir da separação de eixos, buscou-se identificar em quais deles se concentrava o maior uso dos

⁸ Para Carlos Nelson Coutinho trata-se de um itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso. in: COUTINHO, C. N. Realismo & Anti-Realismo na Literatura Brasileira, Paz e Terra, Rio de Janeiro, p. 1924.

⁹ AIDAN, Michel. **Manuel Correia e a questão regional**. Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 23, n. 4, p. 181–185, nov. 2003.

termos mais recorrentes, para que se pudesse direcionar melhor a busca pelas temáticas de discussão. Conforme evidencia o gráfico a seguir:

Tabela 3 - Frequência da palavra Terra

Mais frequentes nestes documentos	
Eixos	Repetições
Pobreza e Desigualdade	35
A questão Agrária	28
Meio Ambiente	21
Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	10

Fonte: elaborada pela autora

Como já discutido anteriormente, a palavra “terra” é a mais usada por Andrade no material analisado. No entanto, o termo “pobreza”, que é fundamental para compreender as desigualdades sociais, não apresenta a mesma frequência de uso, visto que ocupa uma posição muito inferior no ranking. Além disso, não é uma palavra que Andrade utiliza em todos os eixos como se pode observar no gráfico abaixo.

Tabela 4 - Frequência da palavra Pobreza

Mais frequentes nestes documentos	
Eixos	Repetições
Pobreza e Desigualdade	18
A questão Agrária	2

Fonte: elaborada pela autora

Diante do exposto, é possível questionar se há, de fato, um debate direto sobre a pobreza nas colunas selecionadas. É válido ressaltar, porém, que embora o uso do termo pobreza não seja amplamente utilizado, o debate se faz presente mediado por outras palavras, como já citado anteriormente. Por isso a análise qualitativa, — para além dos índices de frequência lexical —, permite que se capture as nuances discursivas que não se revelam na absorção de dados quantitativos isolados. O eixo pobreza e desigualdade se revela, portanto, como um tópico importante para se entender essas contradições.

3.1 Pobreza e Desigualdade

De acordo com os escritos de Andrade, a pobreza no Brasil é multifacetada, ela vem de uma origem colonial e se alastra nas camadas populares que, em sua maioria, vivem com um salário mínimo. Assim como a fome, ela também “não se aproxima da classe dominante (...) é democrática e popular e inclui os excluídos” (Melo, 2012, p. 35). Já a riqueza, — seu eterno oposto —, ainda que também tenha uma herança colonial, está concentrada na mão de poucos e se estruturaliza na concentração e exploração fundiária, nas relações de trabalho abusivas e na deliberada produção de desigualdades.

Mesmo que seja formalmente rico, haja visto a diversidade e riqueza de recursos naturais presente no Brasil, a pobreza se escancara. Ela fica evidente tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, com pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade, sendo restringidas do acesso à saúde, direito à educação e saneamento básico. Andrade pontua em sua coluna “A Pobreza no Brasil” (Jornal do Commercio, 2002), o seguinte:

A pobreza é um tema sempre atual, está presente em quase todos os países, constituindo-se uma constante ameaça para a humanidade, porém, ela é mais premente naqueles países, como o Brasil, onde a riqueza já tem um dono, onde os salários são muitos baixos, onde a maioria faz jus a apenas um salário mínimo por mês, onde há uma preocupação maior em combater a inflação do que o desemprego, e onde o ensino vem se deteriorando de forma assustadora, vigorando a fórmula de que quanto mais ignorantes mais fácil a dominação (Jornal do Commercio, 2002, p.9).

O baixo investimento em políticas públicas eficazes contribui significativamente para a permanência da pobreza. Andrade crítica em muitos momentos a ausência do poder público ao não atender as necessidades mínimas da população que, via de regra, é desassistida. Há rigidez de uma elite socioeconômica, historicamente beneficiada por estruturas coloniais, essa classe ainda sente o inebriante poder do colonizador e atua como um obstáculo para qualquer medida redistributiva voltada para diminuição das desigualdades — qualquer uma é vista como uma ameaça a continuidade histórica da manutenção de privilégios que liga o passado ao presente.

(...) o presente é plasmado em um passado que continua presente e se projeta para o futuro; qualquer análise não pode ser feita como uma espécie de instantâneo do que está marcado na paisagem e nas relações sociais, porque a origem da paisagem atual e das relações existentes, vem se processando lentamente, através dos tempos, e apresenta as tendências e as indicações das projeções futuras. (Andrade, 1995, p. 21-22)

O passado que se reverbera para além da permanência de uma mentalidade colonial nas elites, manifesta-se através da fome e miséria que se plasmam nesse país desde a chegada do branco europeu. É muito mais do que uma herança simbólica, a pobreza se sustenta através de um presente violento e faminto, de mazelas que se pretende deixar para trás e se maquia para que não se evidencie no “país do futebol e do samba”, mas que é escancarada ao andar no centro das grandes cidades, nos hospitais públicos, no agricultor sem o suporte do agronegócio, nas crianças e adolescentes em sinais de trânsito, nas pessoas em situação de rua debaixo de viadutos, dentre tantos mais.

Andrade aprofunda ainda mais sua análise sobre a pobreza quando fala sobre a fome. Para isso ele utiliza muitos dos escritos do grande mestre Josué de Castro, em colunas como “A questão geo-social” e “Josué de Castro” ele apontou que o médico e geógrafo recifense foi quem denunciou a falsa imagem de um país abundante em alimentos, revelando uma sociedade profundamente marcada pela fome e má nutrição. Andrade ainda aponta que mesmo que Castro tenha tido uma grande projeção internacional, com o seu livro mais famoso *Geografia da Fome* (1946), ele enfrentou hostilidade por parte das elites brasileiras, que se beneficiam — até hoje — da manutenção da fome como estrutura de poder político e econômico. Castro, assim como Andrade, pontua que a fome no Brasil é resultado de estruturas econômicas e sociais profundamente desiguais, muito mais do que por fatores naturais. Ele aponta que “a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome.” (Castro, 1946, p. 48) Portanto, a fome e a pobreza não podem ser desassociadas dos processos históricos de exploração e desigualdade, está no cerne da construção da identidade nacional e como a sociedade brasileira se moldou.

Na coluna “Discriminação e Racismo” (2000) Andrade pontua que identidade brasileira tem sido vista como um resultado de uma intensa miscigenação entre indígenas, europeus, e africanos, diversidade essa que foi valorizada por autores como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Andrade, no entanto, assinala que há um avanço de atitudes discriminatórias expressadas em comportamentos cotidianos, através de um discurso racista e cheio de preconceitos regionais e sociais, que atrapalham, por sua vez, a unidade nacional. Ele parte da premissa de que esses preconceitos revelam resquícios de um passado escravocrata não tão distante, que ainda mantém relações de poder estruturadas, sejam brancos e negros, ricos e pobres, regiões centrais e periféricas. Evidenciando que há uma contribuição de múltiplos povos para a formação do Brasil, e lamentava que ainda persistam visões hierarquizadas que

marginalizam grupos historicamente excluídos. É possível observar essa preocupação de Andrade a partir das seguintes figuras.

Figura 3 - Coluna do Jornal do Commercio

“O negro e a cidadania”

Opiniões Jornal do Commercio

O negro e a cidadania

O processo de liberação do negro se desenvolveu de forma lenta

Manuel Correia de Andrade

O ano de 1995 é marcante para a população negra do Brasil, ele assinala a passagem do tricentenário da morte do Zumbi e, conseqüentemente, do tricentenário da destruição do Quilombo dos Palmares. Não só a morte de Palmares como um fato isolado, ele foi em si uma corrente de resistência negra à escravidão e a submissão, em uma sociedade extremamente discriminatória. As revoltas negras se iniciaram com o próprio tráfico de escravos, e eles tudo fizeram para fugir dos engenhos e fazendas e se organizarem em sistemas semelhantes àquelas da África.

Antes de Palmares, outras revoltas negras já haviam ocorrido, embora os portugueses, quase sempre, procurassem colocar nos seus engenhos e fazendas negros de grupos étnicos diferentes, dificultando, com isto, o surgimento de conspirações e revoltas. Sabe-se que ocorreram quilombos negros em quase todas as capitanias e províncias do Brasil, durante os quase quatro séculos de vida da escravidão africana. Não só a diferença de cor, mas também a organização de uma sociedade, formada por homens livres e por escravos, criaram estigmas que dificultam a quebra de preconceitos e a formação de uma sociedade democrática no Brasil.

O processo de liberação do negro, de abolição da escravidão, se desenvolveu de forma lenta; primeiro foi a extinção do tráfico, depois, a liberação dos nascituros, em seguida, a dos sexagenários e, finalmente, veio a Lei Áurea (1888), tudo isso sem que se fizesse ao negro uma formação profissional e sem que lhe facilitasse o acesso à propriedade da terra, que eram indispensáveis à transformação dos cativos em cidadãos. A Lei

negros tiveram que optar entre alternativas como instalar-se em terras devolutas, ocupadas por florestas, como no Maranhão, e viver em uma economia de subsistência, permanecer nas grandes e médias propriedades como trabalhadores agrícolas, ou se transferir para as cidades e ocupar os empregos mais humildes e menos especializados. E eles permaneceram assim, em sua imensa maioria, na base da pirâmide social. Ainda hoje, com cerca de um terço da população brasileira formada por negros e mulatos, poucos são os que ocupam posições relevantes na sociedade.

Mesmo quando grupos negros se organizaram e conseguiram que alguns dos seus membros conseguissem posições de destaque na política, no clero, na magistratura, nas profissões liberais, eles se constituíram uma minoria pouco expressiva, ao contrário do que ocorre nas profissões mais humildes, em que são a imensa maioria. A pele negra, na sociedade brasileira, apesar das leis existentes, se constitui um problema que dificulta a ascensão profissional e social daqueles que conseguem estudar e se habilitar a exercer uma profissão melhor qualificada.

Se ao fazer uma revisão da história pátria e se salientar a contribuição do negro à formação brasileira, é necessário lembrar que o Brasil não é um país apenas europeu, é também ameríndio, negro, oriental; nossa cultura é transnacional e, conseqüentemente, a cidadania deve ser estendida à toda a população, às mais diversas raças e origens.

O ano do tricentenário da morte do Zumbi deve ser marcado por uma maior abertura aos representantes da raça negra, no sentido de que a integração da mesma permita a consolidação do sentimento nacional.

▶ Manuel Correia de Andrade é historiador e geógrafo



Fonte: IEB/USP

Figura 4 - Coluna do Correio das Artes

“O 13 de maio. Que abolição?”

13 de maio de 1983 Correio das Artes

O 13 de maio. Que abolição?

Manuel Correia de Andrade

Comemoramos em maio o 99º aniversário da Abolição da Escravatura. Dentro de cinco anos o Conselho de Cultura do Estado de São Paulo realizará o evento que qual é a situação dos descendentes dos negros que foram libertados com a Lei Áurea, a 13 de maio de 1888? Nunca ocorreu o Gabinete de Trabalho, o Conselho de Cultura do Estado, em poucos dias, a promulgação da Lei que libertava os escravos do cativeiro sem que os seus proprietários tivessem direito a receber qualquer indenização. E o Príncipe Imperial, Regente, D. Pedro, a seu turno, apesar de advertida pelo Barão de Cotegipe de que aquela lei poderia provocar a queda da Monarquia, instituiu o mesmo pelo grandes proprietários e compenetrada com a conservação da escravidão.

Na verdade, o trabalho escravo já havia sendo substituído, desde algum tempo, pelo trabalho "livre", exatamente desde 1850, quando foi abolido, pelo o Euzébio de Queiroz, o Tráfico de Negros da África para o Brasil. Inicialmente a libertação de escravos, esse instituto tendia vagarosamente a desaparecer, não só em vista da baixa capacidade de reprodução do negro no cativeiro emancipacionista. Contudo, em 1860 ainda havia em algumas zonas prósperas, sobretudo naquelas mais ricas, onde se desenvolvia uma ativa agricultura de exportação, a utilização do trabalho escravo. Contra a escravidão se desenvolvia, desde fortes movimentos: um movimento por pessoas das classes dominantes tendo como exponents intelectuais Castro Alves, José de Nabuco e Rui Barbosa que defendiam a abolição, e outro partido dos senhores negros, dos escravos, que iam reagindo contra o sistema de trabalho escravo, em nome de pessoas nos engenhos e fazendas, defendendo os seus interesses proprietários, muitas vezes, na ligação para pontos de difícil acesso onde organizavam quilombos, aldeamentos negros onde se dedicavam à agricultura de subsistência.

No Parlamento e na Imprensa se registra uma disputa pelo reconhecimento que defendiam a manutenção do trabalho escravo, em nome da

necessidade das atividades agrícolas, pela emancipação das que defendiam a libertação feita vagarosamente e com indenização dos proprietários e pelos abolicionistas que defendiam a abolição imediata, sem indenização. O jurista Teófilo de Freitas, considerado como o problema, chegou a afirmar que se havia, quem tivesse direito a uma indenização não seriam os proprietários dos escravos mas os negros, pelos trabalhos realizados que tinham prestado em sua natureza durante a escravidão. Teófilo de Freitas e de outro pesquisador com os problemas sociais, como Joaquim Nabuco, não afirm e acreditavam que a abolição deveria ser seguida por uma política de realocação dos libertos em áreas de terras devolutas onde se poderiam receber lotes de terra para prover à subsistência, e também que se negros, após a Abolição, pudessem acesso à terra, poderiam ser a depender de seus antigos senhores.

José Afonso, político mais realista e de fracos convicções ideológicas, compreendia que o abando seria conceder a liberdade aos escravos, sem indenização aos senhores, mas que desenvolver uma política de colonização, a fim de que os antigos senhores de escravos continuassem a dispor de mão de obra, a longo prazo, nas propriedades e na área de sua propriedade, para que se mantivesse o sistema de agricultura

de exportação que dominava a economia e a sociedade brasileira. Também não se possa culpar a Abolição pelo declínio da República, se é forçado a reconhecer que ela trouxe uma certa contribuição à queda do Império, que já vinha sendo minado com dificuldade, em conseqüência das questões Militar e Belgicas.

É após a Abolição a República (letra provincialmente em 1889), a criação do trabalhador rural sobre pequenas propriedades, no interior, a formação do movimento nacional e escravo libertado não teve para onde ir, nem estava acesso a propriedade da terra, formados um trabalhador de estufado onde fora escravo ou de latifúndios prósperos, sob a forma de "cambão" ou de "colono". Mas, conseqüentemente, com a expansão das relações parassitárias capitalistas no campo, o trabalhador transformado em "boto fino", vendido à sua força de trabalho, a cada manhã, no caminho que os escravos para os fazendeiros das grandes fazendas.

A paralização do comércio da Abolição é um chamado para os cientistas sociais brasileiros para a realização de estudos sobre a escravidão no Brasil, compreendendo com outras formas de trabalho forçado, utilizados em outras áreas da América, e do seu contributo à formação socioeconômica brasileira, assunto que será o centro do próximo número da Revista de Sociologia Econômica da Universidade de São Paulo, que deverá ser lançado no próximo mês. Simultaneamente, cursos, artigos de revistas e livros que foram produzidos em torno deste tema serão uma importante contribuição para o enfrentamento do problema agrícola, orlativo e poderão oferecer subsídios à elaboração de um programa de Reforma Agrária, de vez que não se trata de uma transformação da estrutura como uma transformação do regime de propriedade e das relações de trabalho no meio rural, e não apenas de que o sistema agrário latifundário, dominado há mais de quatro séculos, seja substituído por um sistema agrícola, com a crise que ora atravessamos está a exigir a própria transformação.

Fonte: IEB/USP

Essas imagens, sinalizam como a luta pela cidadania se faz através de uma luta por memória e pertencimento. Andrade destrincha em ambas as colunas o vazio político e estrutural deixado pelo Estado Brasileiro em 1988, a partir de uma abolição que não acompanhou a política de redistribuição de terras, e tão pouco garantiu a inclusão social dos ex-escravizados. O autor pontua que a integração de oportunidades para pessoas negras se dá de modo lento, desigual e excludente durante o século XX, ainda que eles fossem juridicamente livres. Essa lógica de segregação e ausência de reparação do Estado — falta de acesso a terra, a educação e qualificação profissional— impediu a plena cidadania dos negros recém libertos. Ele denuncia a permanência da mentalidade escravocrata e pontua que a luta pela cidadania está profundamente vinculada à superação do latifúndio.

Em “Um banquete no trópico” (2000), Andrade faz o debate das comemorações de 500 anos do “descobrimento” do Brasil, e aponta como isso impulsionou os debates sobre a identidade nacional. Entre eles o livro “*Um Banquete no Trópico*”, de Lourenço Dantas Mota. Partindo do princípio que o Brasil não nasceu como nação, mas sim formado por uma violenta exploração colonial, principalmente sobre os povos indígenas e africanos. As migrações nordestinas também são discutidas por Andrade, de acordo com “Os nordestinos e as migrações” (1996) elas ocorreram em diferentes momentos históricos e contribuíram para o povoamento de novas áreas. A migração para Minas Gerais no século XVIII, tendo em vista a mineração, e posteriormente no cultivo do café no Sudeste. Também no sudeste, o processo de industrialização da década de 1930 atraiu muita mão de obra nordestina. A expansão da fronteira agrícola do Paraná, atraiu japoneses e nordestinos para o plantio de café e algodão. Também as migrações para a Amazônia, sobretudo durante o ciclo da borracha, “a crise da borracha, porém, provocaria não só o estancamento da corrente migratória, como um movimento de retorno de migrantes às áreas de origem” (Jornal do Commercio, 1996). Entretanto, o movimento migratório para o Amazonas se intensificou na década de 1970, com a construção de estradas. Esses fluxos migratórios eram, via de regra, forçados pelo empobrecimento também aprofundaram desigualdades regionais e geraram tensões fundiárias e étnicas.

Essa origem profundamente desigual deixa marcas que perduram até o presente. A pobreza não está longe dos olhos, não é preciso sequer fazer algum esforço para identificá-la, definitivamente não é algo superado — não exige as lentes da academia ou dados estatísticos complexos para ser notada, ela é a realidade social brasileira e mundial. O esforço bem intencionado e reconhecido de Andrade ao debater sobre a pobreza não tem intenção de colocá-la como descoberta, mas sim de discutir suas causas e consequências, como ela se

constrói enquanto estrutura social que precariza a existência de inúmeros indivíduos. Em 1948 a pobreza é tida como uma violação ao direitos humanos, quando se pontua no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis (...)” (ONU,1948). Caso se leve unicamente em consideração o artigo anteriormente citado, poderia se imaginar que a pobreza teria sido erradicada nas décadas que se seguiram e que o século XXI seria marcado pelo apogeu dos carros voadores, do avanço tecnológico e desbravamento do espaço sideral. Andrade, no entanto, alerta que:

Na entrada deste novo século observa-se que a fome vitima cerca de dois terços dos seis bilhões de habitantes da Terra, que os grupos econômicos mais ricos acumulam cada vez mais riquezas, enquanto as camadas mais pobres afundam-se cada vez mais na pobreza, na miséria, na fome, na falta de habitação, na ignorância e nas doenças. As pessoas que estão satisfeitas com esse status quo procuram justificar de que o fato ocorre em função do "progresso" —, que "progresso" — e que os pobres são os maiores culpados de sua pobreza. Não vêem eles que a pobreza não é o resultado da preguiça, mas o resultado da espoliação e da expropriação. Nega-se às classes menos favorecidas a oportunidade de alcançar o ensino público, os hospitais melhor equipados, as habitações mais higiênicas e a assistência à saúde pública. Não vêem que os serviços de educação e saúde são negados aos pobres e facilitados aos ricos. (Jornal do Commercio, 2001, p.9).

Esse trecho de “O Legado do Século XX”, evidencia que os muitos avanços do século passado não cumpriram com as expectativas de promoção do bem-estar social, exigidas na declaração dos direitos humanos. De fato, a análise revela uma convergência com os dados apresentados em 2019 pelas Nações Unidas, onde afirma que 183 milhões de pessoas no mundo vivem abaixo do limiar internacional de pobreza, logo todas essas pessoas estão subsistindo numa média de menos de 1,90 dólares por dia (ONU, 2019). O Brasil tem um percentual de 24,4% da população vivendo abaixo da linha da pobreza¹⁰, que consiste em 59 milhões de pessoas, já de extrema pobreza¹¹ totalizando 9,5 milhões de pessoas e um percentual de 4,4%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). O que Andrade escreveu em 2001 não mudou ao longo dos anos, de certo os percentuais se modificaram ao longo do tempo, principalmente quando se tem a formulação de políticas

¹⁰ Renda per capita de até US\$ 6,85 pode dia de paridade de poder de compra ou até R\$ 665,00 ao mês

¹¹ Renda per capita de até US\$ 6,15 pode dia de paridade de poder de compra ou até R\$ 209,00 ao mês

públicas como o Bolsa Família do Governo Federal, no entanto, a estrutura continua muito semelhante, o que vem se modificando é o modo de exploração da força de trabalho.

Outra questão importante sobre a pobreza apontada por Andrade está na coluna “O desemprego” (1996). Para ele, o desemprego flagela o bem-estar social e condiciona a marginalização da população ativa. Afetando especialmente os países do Terceiro Mundo, à exemplo o Brasil. A situação de Pernambuco — e o país como um todo — é agravada pelo fechamento de indústrias e bancos, causada pela modernização tecnológica que substituiu trabalhadores, além da abertura do mercado que coloca a indústria nacional em uma concorrência desleal com produtos importados. E junto com isso, uma redução das funções sociais do Estado. As consequências do desemprego são inúmeras, entre elas: a queda da qualidade de vida, o aumento das favelas, violência, surtos de doenças — este que sobrecarrega os serviços públicos de saúde já precarizados. A população que tem somente o ensino básico tem uma dificuldade acentuada em conseguir novos empregos, visto sua baixa formação técnica.

A globalização tem agravado esse quadro, tendo em vista que transforma países pobres em plataformas de produção de baixo custo, com pouca — ou nenhuma — proteção trabalhista e ambiental. Andrade ainda pontua que a industrialização dependente e a entrada de capitais estrangeiros são vendidas como progresso, no entanto, elas mascaram a precarização das condições de vida, o que o faz refletir sobre um sistema escravocrata sofisticado ou escravidão assalariada.

O próprio processo de globalização como já se disse, provoca o processo de fragmentação e a evolução não é linear, contínua em relação a um ponto determinado. Daí o fracasso dos vários modelos desenvolvimentistas gerados por pessoas e instituições preocupadas em controlar o crescimento e conduzi-lo em função dos grupos dominantes. Estes grupos, reformulando o liberalismo e mantendo o primado do capital estão conduzindo o processo de globalização, falando-se até na consolidação, por séculos, da Pax Americana. (Andrade, 1994, p.22)

Outra situação apontada por Andrade (1966) é a segurança pública, em “A questão da Segurança”. Ele lamenta a perda da tranquilidade vivida no passado e aponta como causas da violência o crescimento populacional sem políticas sociais eficazes, o avanço tecnológico que expõe todos aos desejos de consumo e enriquecimento rápido, e a impunidade, especialmente entre os mais favorecidos. O texto conclui com um alerta: sem reformas políticas, sociais e morais, a sociedade caminha rumo ao caos e à destruição de seus princípios civilizatórios.

É, portanto, importante destacar que as persistentes desigualdades sociais que estão refletidas nas situações de pobreza, não podem ser dissociadas do modo em que a terra foi historicamente apropriada e distribuída. A herança colonial que perpetua até a contemporaneidade e é asseverada pelo imperialismo, constitui uma das principais causas da reprodução da exclusão social. É a partir disso que Andrade analisa a relação do território com o desenvolvimento e a desigualdade, demonstrando que essa estrutura centraliza o poder e os recursos não mãos das classes já privilegiadas, limitando qualquer transformação socioeconômica real.

3.2 Questões Agrárias

Em seus escritos, Andrade aponta a necessidade de uma reforma agrária, visto que a divisão fundiária do Brasil é colonial e cheia de privilégios a uma certa elite socioeconômica. Manuel Correia em “Agricultura: Crescimento & Pobreza” (1979), destaca que há uma série de desinformações relacionadas ao mini e latifundiários, o minifúndio é sempre posto como improdutivo em comparação ao latifúndio. Não se salienta, no entanto, que o latifúndio é subexplorado e pouco produtivo, visto que utiliza a área que dispõe em proporções muito menores as suas possibilidades. Já o minifúndio utiliza a área que dispõe ao máximo, e uma boa parte dessa produção vai para o autoconsumo, o que não entra nas estáticas. Portanto, o minifúndio tem uma produção, do ponto de vista comercial, bem menor que o latifúndio, mas utiliza a terra de maneira melhor. (Andrade, 1979, p.12 - 13)

A partir de uma perspectiva histórica, Andrade faz uma análise desse processo de acumulação fundiária quando afirma, em “A Crise Agrária” (2000), que a Lei Áurea tinha que ter trazido um dispositivo legal que concedesse o direito à terra e indenização àqueles trabalhadores que haviam sido escravizados. Daí a ideia de que houvesse desapropriação de terras agrícolas que margeiam rios navegáveis e as estradas de ferro, para que assentasse os colonos e ex-escravizados. Isso revoltou os grandes latifundiários que passaram a apoiar os republicanos, que políticos conservadores tinham a vã esperança de que os negros libertos se conformariam em se tornar semiassalariados rurais (Andrade, 1987). A primeira república apresentou momentos de repressão aos quilombos e comunidades como a guerra dos canudos e a revolta do contestado. Na segunda república se destaca a luta do beato José Lourenço, no caldeirão, que resistiu a forças militares estaduais para garantir a propriedade coletiva de seus seguidores. Movimentos rurais de natureza política enfrentaram o poder do latifúndio durante as décadas que seguiram nos anos 1940 às ligas camponesas, foi um grande e importante movimento de trabalhadores rurais, que se manteve até a década seguinte em Pernambuco e outros estados, seu principal líder é o Francisco Julião. A igreja católica também auxiliou esse espaço revolucionário, com a organização de sindicatos baseados no Estatuto do trabalhador Rural.

Em “A crise agrária 2” (2000) ele segue evidenciando a luta pela terra no século XX, e aponta que a reação militar desativou o debate ativo das décadas anteriores sobre a questão agrária, mas não paralisou por completo. Descreveu que os sindicalistas rurais e católicos viram que o movimento não teria condições de ser mantido sem uma radicalização, o que levou os donos do poder (os militares) a se dividirem em duas opiniões: uma de opressão

total e outra de adaptação ao sistema. Daí o Estatuto da Terra (Brasil, 1964), que defendia uma reforma dentro das diretrizes do sistema capitalista. O Estatuto dividia as propriedades em minifúndios, empresas rurais, latifúndios por exploração e latifúndios por dimensão. Os latifúndios seriam desapropriados e as empresas estimuladas através do Instituto de Reforma Agrária (IBRA), que tinha como objetivo promover a reforma agrária. Ao mesmo tempo, o governo procurava modernizar o campo sem preocupações sociais, apenas para a produção voltada ao mercado externo. Criando a ideia de que o desenvolvimento dependia mais do mercado externo que interno.

A produção agrícola cresceu, evidentemente, às custas da proletarização das camadas mais pobres, principalmente do trabalhador rural, com a queda de padrão de vida das cidades que não conseguiram absorver toda imigração do campo, sem respeito ao meio ambiente e nenhuma preocupação com serviços sociais, como educação e saúde. Política que chegou ao ápice na década de 90, com o neoliberalismo e estímulo à globalização desenfreada. Melhora nas comunicações e na manutenção da exploração do trabalho escravo, maior ou menos disfarce dependendo do estado. Os grupos continuam a luta pela terra, seja posseiros, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, surge a partir disso o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) - (fundado no ano de 1984), que passa a ocupar de forma mais sistemática terras improdutivas e com trabalhos análogos a escravidão, com o objetivo de destinar o uso dessas terras para trabalho e vida. .

Em relação ao MST, ele esclarece em “Movimento sem terra” (1996), que o movimento vem de agricultores que não dispõem de terras para cultivar e ocupam propriedades rurais consideradas improdutivas. Ainda problematiza sobre o cenário afirmando que essa ação gera opiniões diversas, pois, de um lado há grupos sociais que consideram um desrespeito à propriedade privada e do outro grupos que corroboram com a necessidade da realização de uma justiça social, visto que entendem que as reivindicações são justas e pertinentes, visto que, poucos possuem extensas áreas de terras sem explorar e apenas as têm como forma de reserva de capital.

Ocorre ainda que algumas pessoas se posicionam contra os "sem terra", alegando que eles nem sempre são agricultores, que haveria infiltração de "agitadores" e de "aproveitadores" entre os mesmos, e que participam do movimento visando obter vantagens, como a de receber um lote de terras para depois vendê-lo e ir fazer invasões em outro lugar. Na verdade, nenhum movimento social que reivindique alguma coisa é feito apenas por aqueles diretamente interessados; na vida, há uma convivência muito grande entre grupos profissionais os mais diversos e que, entre estes, existe sempre uma convivência e algum proselitismo. (Jornal do Commercio, 1996, p.6)

Andrade observa em “Uma visão sociológica das ligas Camponesas” (1982) uma dinamização da economia agrária do Brasil, após a Segunda Guerra, o governo e as classes produtoras buscaram modernizá-la. Essa modernização foi baseada no modelo capitalista e empresarial com a intenção de integrar o campo à economia de mercado, fazendo com que tivesse uma série de incentivos como rodovias, crédito subsidiado e insumos industriais. Entretanto, esse benefício se concentrou nos grandes grupos econômicos e excluiu os pequenos produtores.

É muito difícil fazer uma análise sucinta da questão da propriedade da terra no Brasil e da luta travada entre os beneficiários na sua apropriação e os excluídos de participação nos frutos da produção. Isto sem falar que, em geral, são os excluídos os que trabalham a terra e a beneficiam nas mais cruéis condições de remuneração. (Andrade, 2004, p.77)

Por essa razão, em “Modernização Agrícola” (1996), Andrade menciona como a modernização e modernidade vem sendo utilizadas como camuflagem para destruição de costumes e tradições, tendo em vista o benefício de grupos econômicos, sem compromisso com o social e ecológico, apenas com seus lucros. Estimulando a concentração fundiária levando as populações à pobreza e a fome, por sua vez, ao êxodo rural e a pobreza urbana. Destruição das plantas nativas em detrimento de madeiras mais nobres. Para evitar o impacto reflorestam com árvores alienígenas, uma floresta antes heterogênea se torna homogênea, “Para justificar essa destruição, são implantados projetos de reflorestamento com plantas alienígenas, como o eucaliptos e o Pinus elliotti, que provocam brutais impactos sobre o meio ambiente e são profundamente prejudiciais à flora e à fauna nativas” (Jornal do Commercio, 1996, p.9). O que faz com que acelere a incidência de agentes meteorológicos sobre o solo, isso acaba destruindo a capa protetora de rochas ainda não expostas, aumentando inundações.

A mecanização agrícola, fez com que o solo se tornasse mais carente de minerais antes garantidos pela heterogeneidade das florestas, e o uso de agrotóxicos tem um impacto negativo sobre o solo, o ar e os rios. Essa poluição do rio acaba prejudicando as comunidades ribeirinhas, levando em consideração o seu uso constante de suas águas. Além disso, a quebra desse equilíbrio biológico, faz diminuir predadores naturais e o desenvolvimento de seres nocivos, dando margem ao surgimento de endemias e epidemias. Nesse contexto, é possível estabelecer uma aproximação com o pensamento de Amartya Kumar Sen sobre o conceito de pobreza, visto que:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (Sen, 2000, p.18)

É possível identificar essas características quando Andrade aponta os desastres ambientais causados pelo mau uso da terra, em “A tragédia de Agosto” (2000) ele discute como a zona da Mata nordestina foi colonizada e explorada com pouca preocupação com o meio ambiente. O corte do pau-Brasil e posteriormente o cultivo da cana, esse segundo responsável pelo desmatamento de boa parte da floresta tropical que havia, trouxe uma consequência atual que resulta em problemas de ampla escala de impacto social, natural e econômico, como o aquecimento global. Devido ao desmatamento, as águas torrenciais provenientes das chuvas passaram a escorrer com maior intensidade e velocidade, nas encostas íngremes e nas áreas mais planas, se infiltrando em solos permeáveis, provocando deslizamentos de barreiras sedimentares nas colinas cristalinas. Logo, cheias se formam em poucas horas pelo escoamento rápido dos rios, além do escorregamento de encostas lubrificadas pela água. As enchentes destroem tudo e se tornam pesadelos para a população, principalmente a ribeirinha e as que vivem em barreiras.

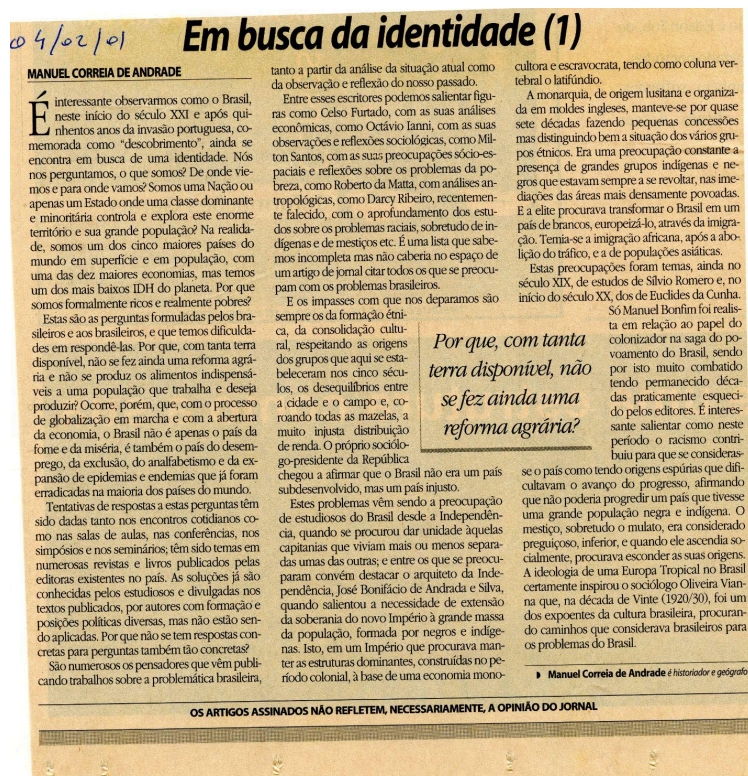
O que ocorre é que as populações pobres quando migram para as cidades, em sua maioria expulsas do campo, provocam uma superlotação, e muitos vão parar em moradias presentes em áreas de risco. O pior de tudo é que essa população, via de regra, não tem para onde ir, não há uma política de prevenção de tragédias desse tipo, o que compromete vidas. Não é preciso retroceder ao início dos anos 2000 para se exemplificar os efeitos catastróficos das chuvas na Zona da Mata Pernambucana, principalmente, na Região Metropolitana do Recife. Situações recentes de calamidade pública, como as chuvas de Maio de 2022, comprovam a gravidade da situação — realidade que se repete em qualquer tempestade que chegue à capital do Estado.

No que diz respeito a Zona da Mata, Andrade pontua em uma coluna justamente intitulada “A zona da Mata” (2000) que era berço da agroindústria canavieira, principal atividade econômica desse país. A cana se expandiu no litoral, visto que os rios auxiliavam

no transporte do produto. Na segunda metade do século XIX, as ferrovias permitiram a construção de engenhos e usinas mais distantes do litoral. As usinas racionalizaram a produção e absorveram os engenhos que, gradativamente, se tornaram propriedades fornecedoras de cana. Para atender a demanda do mercado de cana, se teve que expandir a cultura para outros lugares que não eram favoráveis para o seu cultivo. A indústria canavieira nordestina entrou em crise pela baixa produção e, além disso, pela expansão do cultivo para o Rio de Janeiro e São Paulo, que se tornaram concorrência. Usinas absorveram engenhos, depois absorveram usinas pequenas, hoje não se absorvem mais as médias e elas concorrem com as grandes. Isso levou a uma falência de usinas já esperada pelos acadêmicos e surpresa para o governo, que tinham que encaminhar uma política agrária para todos. No entanto, como o golpe de 1964 impediu que a solução do problema agrário fosse encaminhada dentro de diretrizes possíveis. Houve o fechamento dessas usinas, a fome e o desemprego intensificaram o êxodo rural. Os proprietários querem subsídios para modernizar suas empresas, os trabalhadores querem terra e assistência técnica para produzir. A seguinte figura, busca discutir como essa modernização e industrialização interfere nas demandas sociais de classes menos favorecidas.

Figura 5 - Coluna do Jornal do Commercio

“Em busca da identidade (1)”



Fonte: IEB/USP

Em sua coluna “Em busca da Identidade” (2001), Andrade aponta de maneira central para essa questão. Para ele, essa constante modernização qualifica o Brasil como uma das dez maiores economias do mundo — um dos cinco maiores países do mundo em aspectos como superfície e população. Paradoxalmente, diante de uma realidade caracterizada por um potencial sem precedentes, possuímos um dos mais baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do planeta¹², suscitando a questão: “Por que somos *formalmente ricos e realmente pobres?*” (Jornal do Commercio, 2001, p.6).

¹² Atualmente o Brasil ocupa a 84ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano

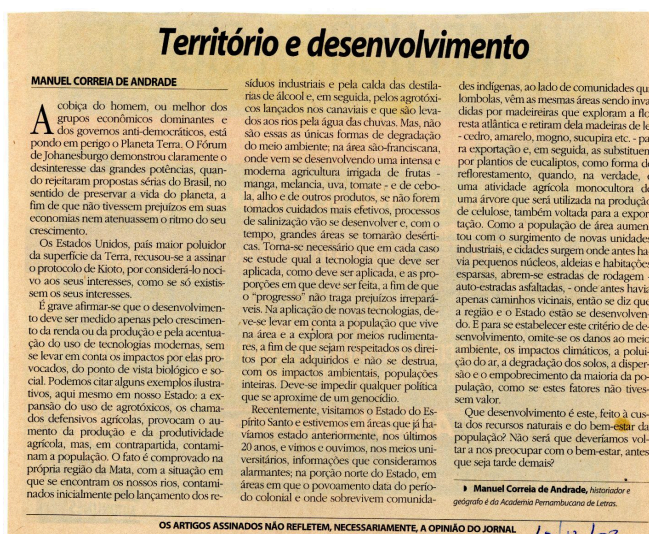
3.3 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

De acordo com o Glossário de Geografia o Desenvolvimento econômico “compreende o crescimento econômico de um país, acompanhado pela melhoria do padrão de vida de sua população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia” (Bortolotto, 2011, p. 61), já o Subdesenvolvimento compreende

O subdesenvolvimento é uma realidade catastrófica na geografia dos países periféricos; a degradação das condições de vida da maior parte da população mundial perpassa pelas mazelas desse fenômeno. No capitalismo, o desenvolvimento de um único país central pressupõe o subdesenvolvimento de uma ou de várias outras nações à margem da autossuficiência. Não se trata de um fracasso dos governos ou da incapacidade produtiva da população; o desenvolvimento dependente de muitos países é senão uma condição para que a divisão internacional do trabalho continue a assegurar a manutenção dos interesses imperialistas de uma meia dúzia de nações. A pobreza de lugar, ou de uma região na periferia do capitalismo é o resultado imediato da conservação de padrões de exploração dos países ricos sobre os mais pobres. (Costa, 2019, p.84)

Essa definição crítica sobre a estrutura do subdesenvolvimento, permite compreender a desigualdade entre as nações, evidenciando que não é fruto de um acaso, menos de incompetência interna, mas sim de um sistema internacional que se sustenta a partir da exploração desigual de territórios e populações. Sob a luz disso, torna-se fundamental a reflexão de Andrade sobre os modelos de desenvolvimento que têm sido adotados em países periféricos e suas consequências. Ele aponta essa questão na seguinte figura:

**Figura 6 - Coluna do Jornal do Commercio
“Território e Desenvolvimento”**



Fonte: IEB/USP

“Que desenvolvimento é este, feito à custa dos recursos naturais e do bem-estar da população? Não será que deveríamos voltar a nos preocupar com o bem-estar, antes que seja tarde demais?” (Jornal do Commercio, 2002, p.6) Andrade crítica com ênfase o desenvolvimento sem inclusão social, o autor pontua em “Território e Desenvolvimento” (2002) que o modelo dominante prioriza os lucros — a partir da ótica capitalista — de grupos econômicos e governos antidemocráticos em detrimento do bem-estar social e da preservação ambiental. A exemplo os Estados Unidos que se recusou a assinar o protocolo de Kyoto ¹³, porque era nocivo aos seus interesses econômicos — um dos países que mais polui na superfície terrestre. Ele retoma, ainda nessa coluna, um debate já suscitado neste trabalho em relação ao desenvolvimento ser medido apenas pelo crescimento da renda ou acentuação do uso de tecnologias modernas, sem que se leve em consideração os impactos que elas provocam biológica e socialmente. Andrade exemplifica com os impactos negativos de tecnologias agrícolas como o agrotóxico e o seu uso excessivo, que não só afetam a saúde do consumidor, como também o meio ambiente ao contaminar rios. Em Pernambuco, mais especificamente, duas áreas são apontadas pelo autor: a zona da mata, que tem seus rios contaminados pelos resíduos industriais e pela calda das destilarias de álcool, assim como os agrotóxicos das áreas canavieiras; e o vale do Rio São Francisco, com sua moderna — e intensa— agricultura irrigada de frutas, que podem causar processos de salinização, fazendo com que muitas áreas, com o tempo, se tornem desérticas. Andrade salienta que

Do ponto de vista agrícola, causou um tremendo impacto a utilização, em larga escala, de adubos químicos e de inseticidas, fato que provocou uma elevação na produtividade mas criou problemas ecológicos muito sérios, como a contaminação das águas, dificultando a vida da população pobre que utiliza os rios e os lagos (...) A destruição da floresta vem sendo feita não apenas com indiferença, mas até com subsídios fornecidos pelo governo federal. (Andrade, 1994, 32-33)

O autor, portanto, enfatiza uma participação do Estado no desmatamento das florestas, o que é importante pontuar, visto que o Estado é, via de regra, gerido por a classe dominante detentora de terras, de poder político e de poder econômico. Instituído uma lógica, paradoxal, de desenvolvimento estagnado — a via prussiana de desenvolvimento capitalista. Andrade critica em “O Subdesenvolvimento e o problema brasileiro” (1964) a dependência externa que o Brasil é submetido, que faz com que muitos dos lucros sejam remetidos para o

¹³ Acordo internacional que tinha o objetivo de reduzir emissões de gases de efeito estufa, firmado em 1977

capital estrangeiro e desequilibrando a indústria nacional — ainda que tenha avançado, esse progresso é concentrado regionalmente e não rompe com as estruturas sociais. Dessa maneira, ele defende

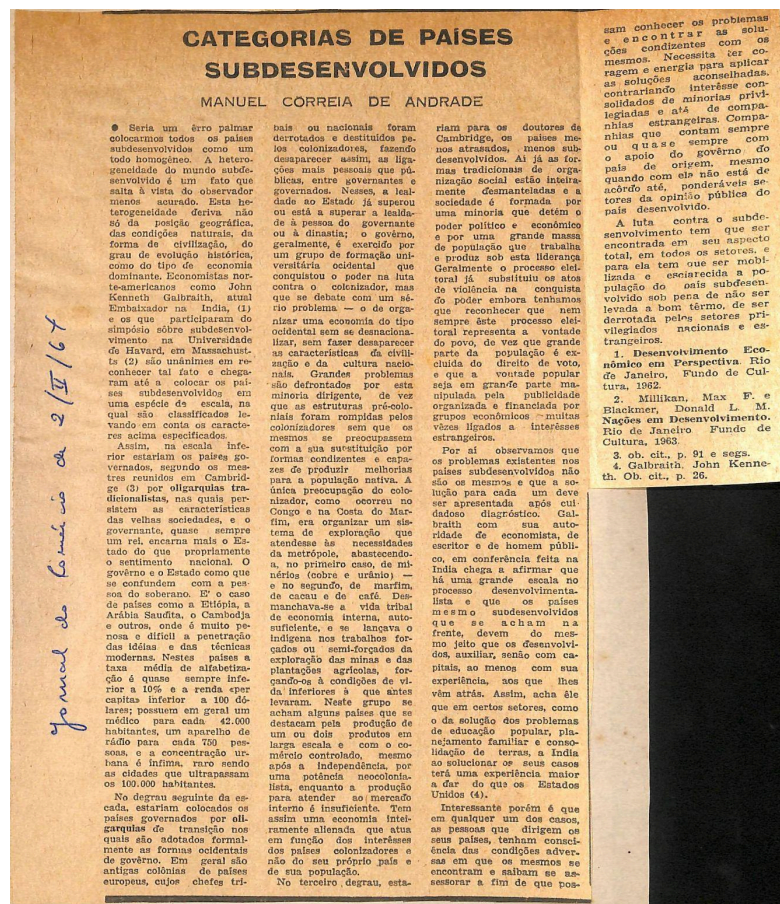
[...]a necessidade da presença do Estado, atuante, preocupado com a problemática econômica e social, a fim de que encontre um equilíbrio que impeça o desenvolvimento de um processo violentamente concentrador, que gera fortunas colossais e miséria excessiva. É importante o fortalecimento do Estado, intervindo na economia, para que as forças do mercado não gerem as situações difíceis que impeçam o desenvolvimento do país. (Andrade, 1994, p. 219)

Para que isso fosse efetivado, é importante, para Andrade, que se qualifique o Brasil como um país de imensa diversidade cultural. O autor debate em “a problemática do Subdesenvolvimento” (1983) sobre a complexa realidade socioeconômica do Nordeste brasileiro, visto seu grande potencial territorial, populacional e de recursos naturais. Mesmo possuindo pontos a seu favor, permanece com grandes índices de desigualdade social. Ele observa que, ainda que o Nordeste passe por processos de modernização, isso não se traduz em uma mudança social significativa. Em “Economista e a realidade brasileira” (1963), ele evidencia a heterogeneidade do país, comparando-o a um arquipélago. Dada a complexidade territorial, se faz necessário soluções múltiplas para os muitos problemas: a Amazônia com solos pouco férteis mas detentora de uma floresta exuberante, tem como base de sua economia o extrativismo vegetal, a caça e a pesca; O Meio Norte tem como base econômica a extração de babaçu, atividade agrícola de algodão e arroz e a pecuária, ainda que a sua posição geográfica não favoreça o desenvolvimento; O Nordeste que é acometido pelas secas, tem um desenvolvimento econômico significativo dado a produção agrícola, sua emergente industrialização e densidade populacional. Sendo essa última um problema acentuado, visto que a densidade demográfica enfrenta o problema do subemprego e desemprego; Já o Centro Oeste foi posta como região subpovoada e baseada no extrativismo vegetal e mineral, como também a pecuária, que teve um aumento significativo com a fundação de Goiana e de Brasília em 1939 e 1960, respectivamente; O Sudeste, no entanto, possui muitos centros industriais — até hoje —, com desenvolvimento da indústria pesada e de bens de consumo, com uma agropecuária mais rentável por ser melhor orientada; O sul explora suas matas de pinho e seu carvão de pedra, desenvolve a agricultura e a indústria, cria gado selecionado. Portanto, é importante pensar o Brasil a partir dos moldes brasileiros, levando em conta o seu território cheio de especificidades, onde será impossível aplicar soluções uniformes e

puramente teóricas, sem o conhecimento das realidades regionais e nem dados concretos sobre.

Ele enfatiza, ainda, que “seria um "erro palmar" colocarmos todos os países subdesenvolvidos como um todo homogêneo. A heterogeneidade do mundo subdesenvolvido é um fato que salta à vista do observador menos acurado (Andrade, 1967)”, esse apontamento levantado em “Categorias de países subdesenvolvidos” (1967) traz uma escala classificatória para esses países, levando em conta a geografia, cultura, história e estrutura socioeconômica. Como aponta a seguinte figura:

**Figura 7 - Coluna do Jornal do Commercio
“Categorias de países subdesenvolvidos”**



Fonte: IEB/USP

Na categoria mais baixa, estão os países governados por oligarquias tradicionalistas, em que o Estado se confunde e, por vezes, se funde a figura do governante, o que resulta em diversos problemas sociais, como: alta taxa de analfabetismo, baixa renda per capita e acesso escasso a serviços básicos. A segunda categoria, situam-se países que foram ex-colônias

européias, que possuem oligarquias em transição que tentam implantar modelos ocidentais de governo e economia. No entanto, esses países ainda passam por problemas sérios de dependência econômica e dominação neocolonial, que faz com que o mercado interno seja negligenciado e a produção seja voltada para a exportação. Na terceira e última categoria, encontram-se os países menos atrasados, em que as estruturas tradicionais foram enfraquecidas e existe a atuação de uma elite econômica que detém o controle político e econômico. Havendo manipulação da vontade popular e exclusão de grande parte da população do sistema democrático, mesmo com processos eleitorais.

Para Andrade, é necessário que os líderes dos países tenham consciência da própria realidade nacional, além de coragem para enfrentar interesses de minorias privilegiadas, seja de capitais estrangeiros, ou até mesmo de seus países de origem. É indispensável, para o autor, que as soluções para o combate ao subdesenvolvimento sejam baseadas em diagnósticos cuidadosos.

A luta contra o subdesenvolvimento tem que ser encontrada em seu aspecto total, em todos os setores. e para ela tem que ser mobilizada e ressarcida a população do país subdesenvolvido sob pena de não ser levada a bom termo, de ser derrotada pelos setores privilegiados nacionais e estrangeiros. (Jornal do Commercio, 1967)

Como já apontado, o debate sobre o sobre o subdesenvolvimento não pode ser desassociado das questões ambientais. Boa parte dos países em subdesenvolvimento buscam o crescimento através da exploração de seus recursos naturais. Atividades como monoculturas de exportação e mineração devastam florestas e poluem rios em nome do dito “progresso”. Tudo partindo de uma lógica internacional de comércio, que estagna países ditos emergentes, enquanto desenvolvidos “investem” capital e são retribuídos com os recursos que eles não possuem — naturais e demográficos.

3.4. Meio Ambiente

A preocupação de encontrar soluções técnicas, de "alto nível", para os problemas ecológicos e ambientais, tem sido uma constante, de vez que os nossos técnicos, em geral, não se preocupam em estudar as formas tradicionais de utilização dos solos, que mantinham o equilíbrio ecológico. Em nome da necessidade de aumentar a produtividade e de incorporar insumos à produção — insumos geralmente vendidos por grandes empresas —, procuram transplantar modelos europeus e norte-americanos para o nosso país. (Jornal do Commercio, 1996, p.6)

A crítica feita por Andrade em “Ecologia Hoje” (1996) evidencia o uso de modelos importados da Europa e dos EUA, que desconsideram as condições naturais e culturais do país, em detrimento dos saberes tradicionais brasileiros, o que gera grandes impactos sociais e ambientais negativos. Ele destaca a devastação da Amazônia, que com apoio Estatal e financiado por grandes empresas, expulsa as comunidades tradicionais buscando a exploração da terra — sem levar em conta os solos frágeis e pouco férteis. Andrade também aborda a degradação ambiental no Nordeste, esta causada pelo Proálcool, que com subsídios públicos ampliou os canaviais e poluiu os rios com vinhoto — empobrecendo ainda mais as populações locais. Além disso, os impactos das monoculturas de soja no Oeste da Bahia que destroem o solo, desapropriam terras de forma violenta e compromete o regime do Rio São Francisco. No Paraná a construção de novas usinas provocou uma série de problemas no regime dos rios, visto que a retenção da água em barragens diminuiu a capacidade de fertilizadora das cheias, além das consequências na navegação fluvial.

No que diz respeito a Amazônia, Andrade sinaliza em “A problemática amazônica” (2000) que sua grande extensão territorial produz uma falsa imagem de riqueza agrícola. De certo, a Amazônia é rica em recursos minerais e florestais, no entanto, os solos são majoritariamente pobres e frágeis, dependem da floresta para se manter férteis. Portanto, a destruição da vegetação local, nada mais provoca que a degradação do solo e prejuízo ecológico, visto que poucas as áreas são aptas à agricultura. Josué de Castro já apontou, inclusive, a dificuldade de produção de alimentos no Amazonas e sua consequência: a fome endêmica.

(...) produção insuficiente (decorrência natural de uma intrincada gama de fatores negativos), dificuldades na conservação dos alimentos em condições climáticas desfavoráveis, absoluta falta de transportes regulares e baixa capacidade aquisitiva das populações. Todos esses aspectos se ligam uns aos outros de forma indissolúvel, não sendo possível resolver o problema sem atacá-lo em todos esses pontos. (Castro, 1984, p.101)

Evidentemente que Castro se refere como ‘problema’ a produção de alimentos para subsistência, não em um interesse mercadológico de exportação. Andrade pontua que, o principal risco que a Amazônia enfrenta é o desmatamento voltado para criação de gado e cultivo da soja, situação que é, via de regra, apoiada pelo Estado numa forma de favorecimento a empresas nacionais e internacionais. Exploração que tem causado graves impactos ambientais e sociais, tendo em conta a expropriação e expulsão de povos tradicionais. Ele defende que “a análise dos problemas da Amazônia e da defesa racional da floresta, dos solos e dos rios da Amazônia, é um dever de cidadania a que devem estar comprometidos todos os brasileiros” (Jornal do Commercio, 2000, p. 9).

Assim como a Amazônia, a Mata Atlântica, que alcançou quase todo litoral brasileiro, foi explorada em um processo de devastação. Entretanto, há diferenças entre elas, enquanto a Amazônia tem solos argilosos e pobre em nutrientes, com sua riqueza armazenada na vegetação, a Mata Atlântica tem solos mais variados e férteis, o seu relevo acidentado favorece a acumulação de nutrientes do solo em encostas e vales. Isso fez com que a mata fosse “sendo destruída a proporção que havia possibilidade de um produto de exportação” (Andrade, 1997, 12min36s). Pelo seu caráter de fertilidade, é possível entender o lema que rege o país desde o início da colonização: “Aqui tudo que planta dá”. Paradoxalmente, Andrade aponta que:

Dê um modo geral, observa-se o crescente empobrecimento do homem do campo, do trabalhador rural. Em entrevista e inquéritos que realizamos, tivemos a oportunidade de constatar que a sua alimentação é feita à base de farinha de mandioca e peixe seco ou salgado, oriundo das praias e do Rio São Francisco; entre estes destacam-se a manjuba, a piranha, havendo um verdadeiro comércio organizado dispondo de caminhões para o seu transporte. Também um minúsculo crustáceo pescado nas lagoas litorâneas — a pixinquinha — é largamente vendido seco, em Alagoas, à população rural pobre. Às vezes ela adquire o que chama “lombinho”, retalhos de carne seca de inferior qualidade. Feijão, macaxeira e jerimum (abóbora) só come quando planta. O charque e o bacalhau, comida cotidiana desde a época da escravidão, subiram tanto de preço que hoje figuram apenas nas mesas das casas ricas e remediadas. (Andrade, 1963, p. 131)

Castro classificou a fome da Zona da Mata como endêmica, tendo em vista que não está ligada a causas naturais, se pontua, portanto, que é um sistema que produz escassez para uma parcela da população e mantém abundância para outra. Essa elite justifica, através do

jargão citado, uma estrutura de permanência do latifúndio. Fazendo com que fome e pobreza tenham convívio diário com a fertilidade do solo.

Essa fertilidade é comprometida pela monocultura da cana de açúcar, que devasta a vegetação nativa, causando grandes impactos ambientais na fauna e flora e colocando em risco, inclusive, a produtividade do solo, deixando-o vulnerável a pragas e demais problemas. Não à toa o aumento do uso de agrotóxicos e fertilizantes em latifúndios de monocultura, pois o solo perde nutrientes com a devastação da flora e proteção natural da fauna. É importante salientar, que o estereótipo de um nordeste faminto e pobre não diz respeito à falta de recursos naturais, mas sim da má distribuição do que a terra pode oferecer, além de uma produção para comercialização e não o bem estar da população. Como pontua Andrade, no seguinte trecho:

O Nordeste não é inviável; ele dispõe de recursos naturais suficientes para manter uma população do nível da atual, se estes recursos forem racionalmente explorados e se houver uma maior participação dos trabalhadores na renda produzida pelo seu trabalho. Os governos necessitam ter uma visão social para corrigirem as distorções que se aceleram e aumentam nos períodos de seca. Os recursos públicos necessitam ser empregados em benefício do grosso da população e não de acordo com os interesses dos grandes grupos econômicos. Para isto é necessário que se desenvolva uma política popular (Andrade, 1986, p.652)

Essa visão estereotipada do nordeste — boa parte reforçada pela mídia nacional —, tem como fundamentação a ideia de que a seca aflige a população durante todo o período do ano, em todos os anos. Ainda, sobrecarregada com a imagem do nordeste como uma região homogênea, sem levar em consideração suas muitas vegetações, relevos e solos. No que se refere à seca, o semiárido nordestino lida com a indústria da seca, que consiste em um mecanismo de captação de recursos públicos com a intencionalidade de financiar estratégias para diminuição dos impactos na região. Na prática, ela se configura como mais uma ferramenta de corrupção de uma elite político-econômica que lucra com a desigualdade e a qualifica como um produto, mantendo a lógica de manutenção da pobreza. De fato, as secas fazem parte das condições climáticas da região semiárida, mas elas são sazonais, não duram para sempre, e não é naturalmente a responsável pela pobreza e precarização das condições de vida. A responsabilidade da pobreza e da fome no semiárido é das políticas públicas ineficazes, na omissão do Estado e a pouca — ou nenhuma — preocupação do capital, seja nacional ou internacional, de modificar a estrutura que lhe rende mão de obra barata. Haja

vista o uso de milhões de litros de água para irrigação de frutas, como no vale do Rio São Francisco, em detrimento do racionamento para a população.

Em a “Presença do São Francisco” (2000), Andrade critica o modo em que os projetos da região com foco no “desenvolvimento” — especialmente a construção de barragens e a transposição de águas — foram pensados sem considerar os impactos sociais, ambientais e culturais para as populações ribeirinhas. O rio São Francisco, que carinhosamente é chamado pelo autor de de “Velho Chico”, seu percurso, sua produção e sua margem são temas recorrentes nos estudos de Andrade, como demonstra a figura abaixo.

Figura 8 - Coluna do Jornal do Commercio

“O Velho Chico”



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

O rio se consolidou desde o período colonial, visto sua importância no fornecimento de carne e couro para as Minas Gerais, posteriormente para centros urbanos no litoral. No século XX, após ter perdido a centralidade no século anterior, o Estado buscou implementar projetos de recuperação do vale do Rio São Francisco, como aponta Andrade na coluna da figura acima.

Tivemos, então, a construção de grandes represas, como Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso e Xingó, com a implantação de grandes programas agrícolas de produção de frutos para o mercado interno e para exportação. Petrolina, importante cidade sertaneja, é hoje um grande polo de desenvolvimento da moderna agricultura irrigada. (Jornal do Commercio, 2001, p.9)

Esse processo de contenção de suas águas provocou inúmeras transformações no curso natural do rio, bem como em sua fauna, flora, dinâmicas sociais, relações de trabalho e comércio regional. Esse último sendo um ponto importante para entender a pobreza na região. Antes do represamento das águas, os pequenos agricultores arrendavam terras para o cultivo das chamadas “lagoas de arroz”, com a reconfiguração da água e a implantação de grandes projetos agrícolas voltados para a exportação, a prática foi extinta e o trabalhadores perderam até “a oportunidade de serem explorados” (Andrade, 1981, p. 61).

Desse modo, o controle das águas perenes de uma região semiárida ficou sob o controle do capital, a população local foi afastada das cadeias produtivas, sendo excluída da possibilidade de participar das atividades ligadas à agricultura irrigada. Sendo assim, o domínio de um recurso natural por uma elite político-econômica que não só reafirma as desigualdades, como também as aprofunda.

É o desenvolvimento econômico e a promessa do progresso andando de mãos dadas com a destruição do meio ambiente e todas as vidas que não podem ser exportadas — a humana incluída.

4. Considerações Finais

Este trabalho tinha o propósito de investigar as pautas relacionadas à pobreza sob a ótica de Manuel Correia de Andrade em colunas de jornais, ele utilizou 46 colunas entre o período de 1963 e 2003 para fundamentar a análise. Pode-se observar ao longo dos escritos de Andrade que ele utiliza o método histórico e geográfico em suas reflexões, evidenciando nelas o cunho interdisciplinar e multidimensional, que torna sua análise acessível e desafiadora ao mesmo tempo. Acessível pela linguagem clara que adota, tendo em vista o seu caráter de comunicador, mas desafiadora pela complexidade das dimensões que articula. A mesma coluna pode ser utilizada em todos os eixos do trabalho, e até mesmo em outra categoria de análise.

É importante salientar que, boa parte de suas pesquisas e reflexões correspondem ao período histórico em que está inserido, suas problemáticas coincidem, portanto, com as situações de sua contemporaneidade. De fato, muitos de seus escritos ainda correspondem à estrutura social atual, mesmo que alguns índices tenham se modificado, como é o caso da pobreza. Ela, assim como “a fome é antiga e é pós-moderna” (Melo, 2012, p. 35), o que muda ao longo dos anos é a quantidade de pessoas que nelas padecem.

Andrade integra um grupo intelectuais que transitaram da geografia tradicional para a geografia crítica, movimento que está refletido em seus estudos pioneiros voltados para desigualdade social e econômica, observando as relações do espaço com o poder político e a sociedade. Ferretti aponta que a importância de “considerar na obra de Manuel Correia de Andrade é sua defesa das histórias subalternas e dos espaços subalternos, incluindo o uso da noção de colonialismo interno. Isso representou uma das primeiras tentativas de discutir as revoltas iniciais de camponeses, indígenas e caboclos” (Ferretti, 2019, p.14). Seu pioneirismo se deve a sua capacidade de adaptação às demandas sociais e comprometimento com a ciência.

Por isso, esse trabalho também se dedicou a enfatizar sua atuação enquanto intelectual público. Foi uma tentativa de reconhecer a potência de sua trajetória marcada pelo compromisso ético com a realidade brasileira, o rigor científico e a clareza de seu texto que revela a história de um país, que muitas vezes não conhece seu passado. Além de mobilizar as camadas populares a repensar às condições do desenvolvimento e progresso, as marcas da desigualdade social e, por vezes, se reconhecerem como agentes ativos dentro da história. Andrade trouxe, por meio de suas reflexões, debates que estavam, via de regra, restritos à

academia e ao romper esses muros, ele se inscreve como instrumento de uma produção comprometida com a justiça social e, sobretudo, popular.

O debate sobre a pobreza é, como característico de suas obras, uma reflexão multidimensional. No tópico “Pobreza e Desigualdade” se observou que a pobreza persiste enquanto estrutura, visto que é uma construção social e histórica que se legitima através da concentração fundiária, do sucateamento do acesso a serviços básicos, as relações abusivas de trabalho, a degradação do meio ambiente e a segregação social de diversos grupos.

Ela se respalda na concentração fundiária herdada do período colonial e se perpetua pelas elites agrárias, impedindo o acesso democrático à terra e limitando possibilidades de modificação dessa estrutura. A questão agrária que remete a concentração de terra não somente sustenta a exclusão, bem como a legítima. Essa legitimidade dada à pobreza se alicerça na ideia de um crescimento econômico, e se vende, desse modo, que a nação está avançando junto com o Produto Interno Bruto, quando na verdade quem enriquece é uma parcela mínima e a renda per capita evidencia a má distribuição da riqueza.

É um desenvolvimento que não abarca a população, já que ela continua vendendo sua força de trabalho para sobreviver e a riqueza que é gerada não se divide igualmente — nem entre os que a geraram, tampouco a nação. Para além disso, o desenvolvimento é destrutivo a terra que o sustenta, tendo em consideração que é danoso para o solo, para a fauna, para a flora e para as comunidades que têm a sina de possuir terras férteis de mais — ou não.

A pobreza, de modo geral, não é um tema fácil de se abordar, mesmo quando se tem o convívio diário. Ela segrega grupos, condiciona destino e limita capacidades. Ela compromete a cidadania, esmaga sonhos e rouba a dignidade. E, paradoxalmente, também é a responsável pela noite tranquila e a barriga cheia de um grupo seletivo de pessoas que nasceram com “sorte” suficiente para viver bem.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O economista e a realidade brasileira. *Nordeste Econômico*, dez. 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O subdesenvolvimento e o problema brasileiro. *Jornal do Commercio*, Recife, 16 fev. 1964.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O subdesenvolvimento e o problema brasileiro II. *Jornal do Commercio*, Recife, 23 fev. 1964.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Categorias de países subdesenvolvidos. *Jornal do Commercio*, Recife, 2 fev. 1967.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Agricultura: crescimento & pobreza. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 7, n. 1, p. 5–20, jan./jun. 1979.
- ANDRADE, Manuel Correia. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. São Paulo: Zahar, 1981.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Nordeste: A reforma agrária ainda é necessária?* Recife: Guararapes, 1981. p. 61.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Uma visão sociológica das ligas camponesas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 fev. 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O 13 de maio. Que abolição? *Correio das Artes*, João Pessoa, 26 jun. 1983.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A problemática do subdesenvolvimento. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 abr. 1983.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 6, n. 4 (24), p. 646-654, out./dez. 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. *Abolição e reforma agrária*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987
- ANDRADE, M. C. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1993. p. 10.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Globalização e modernidade. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 10, n. 1, p. 5–24, jan./jun. 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social* - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. Entrevista concedida a Cláudio Luiz Zanotelli. *Geografares*, Vitória, n. 3, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/22857>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 2004 (1995).

ANDRADE, Manuel Correia de. Sociedade e reforma agrária no Brasil. *Revista Raízes*, Campina Grande, ano XIV, n. 11, p. 21–36, jun. 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. O negro e a cidadania. *Jornal do Commercio*, Recife, 26 nov. 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. O negro na civilização brasileira. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 dez. 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. Os imigrantes no Brasil. *Jornal do Commercio*, Recife, 17 dez. 1995.

ANDRADE, Manuel Correia de. Os nordestinos e as migrações. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 jan. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. A valorização do mangue. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 abr. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. O desemprego. *Jornal do Commercio*, Recife, 5 maio 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da segurança. *Jornal do Commercio*, Recife, 2 jun. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. Em defesa da vida. *Jornal do Commercio*, Recife, 9 jun. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão geo-social. *Jornal do Commercio*, Recife, 14 jul. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. Ecologia hoje. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 ago. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro. *Jornal do Commercio*, Recife, 18 ago. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia da fome. *Jornal do Commercio*, Recife, 6 out. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. Modernização agrícola. *Jornal do Commercio*, Recife, 16 jun. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. Um inverno rigoroso. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 jul. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. O Movimento Sem Terra. *Jornal do Commercio*, Recife, 20 out. 1996.

- ANDRADE, Manuel Correia de. Vida de pobre. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 set. 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A unidade do Nordeste. *Jornal do Commercio*, Recife, 28 set. 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Ambiente, Recursos e Território: a expansão do povoamento e seu impacto sobre o meio ambiente no Brasil?*. Palestra proferida no Sexto Encontro de Geógrafos de América Latina. Dr. Manuel Correia de Andrade, 1997. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V92aqHIZU04&t=887s>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- ANDRADE, Manuel Correia. O homem do Nordeste. [Entrevista concedida a José Corrêa Leite]. *Teoria e Debate*, São Paulo, 1 jul. 2000. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/o-homem-do-nordeste/>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A “Zona” da Mata. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 maio 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A crise agrária (1). *Jornal do Commercio*, Recife, 10 jun. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A crise agrária (2). *Jornal do Commercio*, Recife, 18 jun. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A problemática amazônica. *Jornal do Commercio*, Recife, 25 jun. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Ainda a Amazônia. *Jornal do Commercio*, Recife, 2 jul. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Estudos agrários no Brasil. *Jornal do Commercio*, Recife, 30 jul. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Tragédia de agosto. *Jornal do Commercio*, Recife, 1º out. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Um banquete no trópico. *Jornal do Commercio*, Recife, 17 set. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. E o banquete continua. *Jornal do Commercio*, Recife, 24 set. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Discriminação e racismo. *Jornal do Commercio*, Recife, 19 nov. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a modernidade. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 dez. 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Velho Chico. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 out. 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O legado do século XX. *Jornal do Commercio*, Recife, 20 jan. 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. A população brasileira. *Jornal do Commercio*, Recife, 20 fev. 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. Ensino e pesquisa. *Jornal do Commercio*, Recife, 4 mar. 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. Em busca da identidade. *Jornal do Commercio*, Recife, 4 fev. 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. Território e desenvolvimento. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 nov. 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. A pobreza no Brasil. *Jornal do Commercio*, Recife, ago. 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. Inferno ou paraíso. *Jornal do Commercio*, Recife, 9 jan. 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. Cultura e miséria. *Jornal do Commercio*, Recife, 5 jan. 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. Homem e natureza: por uma política de meio ambiente para o Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, [S.l.], v.1, n. 27, p. 107-120, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7380>. Acesso em: 3 out. 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia : ciência da sociedade I* - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa (Portugal): Ed. Edições 70, 1977.

BRASIL. *Lei nº 4.504*, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm]. Acesso em: 16. jul. 2025

BORTOLOTO, Marlúcio. *Glossário de Geografia*. [S.l.]: [s.n.], out. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B855bvLRoprOODhIZGViY2QtZThlOS00Y2UxLWJhZTQtNGU2Y2Q1MDczYTO0/view?resourcekey=0-y-QzA0YDP5W-tmEFmR7u4Q> Acesso em: 12 jul. 2025

BUITONI, Dulcilia Helena Schroeder. Manuel Correia de Andrade: em pequenos textos, o mundo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 86, p. 186-199, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i86p186-199> Acesso em: 25 dez. 2024.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 21.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, Clovis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda. *Manuel Correia de Andrade: um homem chamado Nordeste*. Recife: Edições Bagaço, 2008. p.9

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, São Paulo, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>. Acesso em: 25 jun. 2025.

COSTA, Delismar Palmeira. O espaço subdesenvolvido. *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína, v. 8, n. 16, p. 84, out./dez. 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia>. Acesso em: 11 jul. 2025

Diário de Pernambuco, Recife, 26 de Maio de 1981, Caderno A, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_16/27432. Acesso em: 3 jul. 2025.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do éthos da ciência. *Scientiæ Studia*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 463–485, 2011.

FERRETTI, Federico (2019). Decolonizing the Northeast: Brazilian Subalterns, Non--European Heritages, and Radical Geography in Pernambuco. *Annals of the American Association of Geographers*, 109(5), 1632-1650, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24694452.2018.1554423> Acesso em: 3 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Brasil atinge menor nível de pobreza em 2023*. IBGE EdFERRETTI, Federico (2019). Decolonizing the Northeast: Brazilian Subalterns, Non--European Heritages, and Radical Geography in Pernambuco. *Annals of the American Association of Geographers*, 109(5), 1632-1650, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24694452.2018.1554423> Acesso em: 3 jan. 2025. uca, 13 jan. 2025. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/22544-brasil-atinge-menor-nivel-de-pobreza-em-2023.html>. Acesso em: 12 jul. 2025.

LIMA, Pablo Leandro Ferraz de; ANDRADE, Gevson Silva. A contribuição da obra de Manuel Correia de Andrade para o entendimento das regiões de desenvolvimento do estado de Pernambuco. *Revista Rural & Urbano*, Recife, v. 7, n. 2, p. 244–259, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255483>. Acesso em: 6 jul. 2025.

MARINO, L. F. *Manuel Correia de Andrade: um geógrafo voltado para as causas sociais*. In: MACHADO, M. S.; MARTIN, A. R. (ed.). *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros* São Paulo: Editora & Letras, 2014. v. 1, p. 101-118

MELO, Marcelo Mário de. *Os colares e as contas: poemas políticos*. Recife: Caleidoscópio, 34-35. 2012.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (UNRIC). *Eliminar a pobreza*. 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PLATAFORMA Manuel Correia de Andrade. USP – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://sites.usp.br/pmca/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

RAMALHO, Zé. *Admirável gado novo*. Intérprete: Zé Ramalho. In: ___. *Zé Ramalho*. Rio de Janeiro: CBS, 1979. 1 disco sonoro (LP, 33 ⅓ rpm), estéreo.

SAID, Edward W., 1935-2003 *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993* / Edward W. Said ; tradução Milton Hatoum. — São Paulo : Companhia das Letras, 2005.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES PIRES, A. F. Intelectuais públicos: pensamento político através da comunicação pública, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº17, p. 36-66. 2024. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em 01/07/2025

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.1.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.